

jan - fev 1964 -

1 Defesa Nacional



Neste número :

- Alguns aspectos pertinentes ao "problema do desarmamento universal"
Gen. Emílio Maurell Filho

- Monte Castelo

Ten-Cel Ruy Leal Campello

- As fôrças armadas no sistema de transportes

Ten-Cel Alfredo Correia Lima

- Da falange à moderna divisão

Cap. Luiz Paulo Macedo Carvalho

- Guerrilha

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1961/1963)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gén Altair Franco Ferreira

Diretor-Secretário — Tenente-Coronel José de Sá Martins

Diretor-Gerente — Tenente-Coronel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

General Armando Batista Gonçalves

Tenente-Coronel Hugo de Andrade Abreu

CONSELHO FISCAL

(Eleito para o exercício de 1963)

MEMBROS EFETIVOS

Tenente-Coronel Carlos de Meira Mattos

Major Aluizio de Uzeda

Major Sady de Almeida Vale

SUPLENTES

Tenente-Coronel Flávio Martins Meirelles

Tenente-Coronel Alberto Bandeira Queiroz

Tenente-Coronel Helio da Cunha Telles de Mendonça

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografadas em um só lado do papel, espaço duplo, não devendo, em princípio, ultrapassar 20 fôlhas. Gráficos, croquis e outros desenhos, em tinta nanquim.
- 2 — Traduções devem indicar fonte e autorização.
- 3 — Originais de colaborações não são restituídos, mesmo que não aproveitados.
- 4 — Colaborações originais publicadas são remuneradas (mínimo de Cr\$ 1.000,00) de acordo com julgamento da Redação.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano L	Rio de Janeiro, GB — Jan/Fev de 1964	Número 593
----------	--------------------------------------	---------------

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

—
Aceita-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 600,00
(Desconto em fólio autorizado, mensal: Cr\$ 50,00).
Exterior .. Cr\$ 2.000,00
(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 80,00
Atrasado ... Cr\$ 100,00

ENDERÉÇO

Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

Caixa Postal: 17 (do MG)
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
<i>Alguns Aspectos Pertinentes ao "Problema do Desarmamento Universal" — Gen-Div Emílio Maurell Filho</i>	3
<i>Monte Castelo — Ten-Cel Ruy Leal Campello</i>	11
<i>As Forças Armadas no Sistema de Transportes — Ten-Cel Alfredo Correia Lima</i>	15
<i>Centenário do Ataque ao Forte de Coimbra — Gen Raul Silveira de Mello</i>	21
<i>Da Falange à Moderna Divisão — Cap Luiz Paulo Macedo Carvalho</i>	27
<i>Guerrilha — Cap Thaumaturgo Sotero Vaz</i>	33
<i>História Militar e a Arte de Dirigir — Maj José Murillo Beurem Ramalho</i>	41
<i>O Fantasma da Virgínia Setentrional — Ten-Cel Newton C. de Andrade Mello</i>	47
<i>Idéias em Revista</i>	51

Procure conhecer o "CURSO PARA
LÍDERES DEMOCRÁTICOS" publi-
cado no BOLETIM DE INFORMA-
ÇÕES editado pelo EME, em número
especial de julho de 1962. Esse bo-
letim é remetido a todas as organi-
zações militares.

ALGUNS ASPECTOS PERTINENTES AO "PROBLEMA DO DESARMAMENTO UNIVERSAL"

Gen-Div **EMÍLIO MAURELL FILHO**

"O desarmamento é o mais urgente dos problemas da nossa época. Para alcançar um progresso nesta via, é necessário criar uma opinião pública bem informada e fazê-la agir de uma maneira eficaz junto aos governos."

TRYGVE LIE

1º Secretário-Geral da ONU.

No quadro dos assuntos relativos à política internacional, o "Problema do Desarmamento Universal" tem sido, nos últimos anos, o que mais tem interessado, senão mesmo empolgado a opinião pública mundial. E o interesse que atingiu, por vezes, as raias das paixões desmedidas com que vem sendo analisado êsse evento político, tem sua explicação no temor hábilmente instilado no seio das massas populacionais de todo o mundo, pela propaganda comunista, sobre os possíveis efeitos deletérios, imediatos e secundários, das explosões nucleares e termonucleares.

Como sói ocorrer em casos tais, a análise superficial e apressada do assunto, sob forte pressão emocional, desprezando, com propósito deliberado ou não, os fundamentos técnico-científicos que deveriam ensejar o justo equacionamento do problema em tela, — vem conduzindo a conclusões falsas e temerárias, muito do agrado do bloco de nações liderado pela Rússia Soviética, o que, desgraçadamente, vem influindo desfavoravelmente nos planos relativos à segurança das nações incorporadas ao Mundo Livre.

Exemplos vivos dêsses perigosos erros de apreciação são representados pela campanha, hoje já vencedora, da proscrição das experiências nucleares e termonucleares, com exceção apenas daquelas situadas em locais subterrâneos; além da extensa propaganda sobre "desnuclearização" de certas regiões geográficas importantes, como singelas imitações do famoso "Plano Rapack", o qual, se aceito, tornaria imune aos efeitos dos implementos bélicos nucleares e termonucleares a importantíssima área estratégica delimitada pela Europa Oriental, o que equivaleria a franquear, impunemente, a travessia desta área pelo rôlo compressor comunista, em sua alentada investida contra os países da Europa Ocidental, capazes de embargar-lhe os passos.

No presente artigo, nos limitaremos a tratar do importante e momentoso "problema" em aprêço, no campo restrito à "análise dos pontos de vista estratégico e técnico-militar", concluindo pelas implicações que o assunto em aprêço apresenta em relação ao "Sistema de defesa do Continente Americano", ao qual o Brasil se acha íntima e irreversivelmente ligado, não só pelo sentimento inato de autodefesa dos seus filhos, como ainda pelos inúmeros compromissos internacionais que livremente assumiu no campo da assistência recíproca entre os Estados localizados no hemisfério ocidental.

Dificilmente haverá quem se oponha a considerar que a limitação real e efetiva dos armamentos agressivos é, de fato, a única medida do caráter prático capaz de alicerçar uma nova era de paz e de compreensão entre as nações. Mas, há que considerar, por outro lado, que não valerá a pena desarmar os braços, por ação física, se tal não for acompanhado, senão precedido, de um desarmamento dos espíritos, capaz de atuar favoravelmente sobre as consequências humanas — mesmo porque, sem sinceridade de propósitos, qualquer ajuste seria mais perigoso do que útil.

Na atual conjuntura política internacional, forçoso é reconhecer, entretanto, que o problema em tela apresenta grande complexidade em seu equacionamento e solução adequada. Os dados do problema vêm sendo apreciados diferentemente pelos dois blocos contendores — ocidental e oriental — e, segundo um velho axioma aritmético, as quantidades heterogêneas não são comparáveis e se não podem somar.

De fato, para o "bloco oriental", com o rôlo compressor russo ao seu dispor, e cujo poderio aeroterrestre é inigualável do ponto de vista de suas possibilidades operativas — as armas nucleares e termo-nucleares constituem, realmente, o único alvo visado no problema da limitação dos armamentos. E convenhamos que, para esse "bloco", nenhuma outra reivindicação seria mais judiciosa nem mais oportuna.

É assim que uma rápida avaliação das fôrças em presença, nos levaria, desde logo, à conclusão irretorquível de que, uma vez afastada a ameaça de uma represália em têrmos de energia nuclear ou termo-nuclear, por parte do "bloco ocidental", a Rússia e seus satélites poderiam, mediante uma ação fulminante do seu "rôlo compressor aeroterrestre", conquistar, em poucas semanas, tôda a Europa Ocidental e, ainda mesmo, o Oriente Médio, se a atual situação, em tal região, não mudar. Dispõe, na verdade, a URSS, atualmente, de 175 divisões, das quais mais de cinqüenta por cento são blindadas ou mecanizadas e de 30.000 a 35.000 aviões modernos para o seu apoio aéreo. Por outro lado, os países satélites europeus podem engrossar a massa de divisões russas, imediatamente, com, pelo menos, mais de 30 a 50 divisões, tôdas elas equipadas e instruídas segundo os modelos soviéticos. E isso sem levar em conta as possibilidades imensas da China Comunista, nesse setor.

E, no mesmo domínio aeroterrestre, de que dispõem os países da NATO para se oporem a êsse gigantesco e poderoso rôlo compressor, capaz de se pôr em movimento em poucas horas, dada a sua conhecida condição de aprestamento? De quase nada. Basta dizer que, das 18 divisões previstas como elemento de contenção inicial, a NATO jamais conseguiu manter ao pé da obra mais do que uma dezena de divisões, muitas delas com efetivo quase inexpressivo. Acresce que, em contraste com a rígida determinação e unidade de propósito das forças do bloco soviético, temos que considerar a pequena ou nenhuma disposição para a luta de algumas das forças da NATO, agravada pelas divergências de pontos de vista que culminaram com as exigências dos franceses no que concerne à sua frota do Mediterrâneo e à aviação norte-americana, localizada nas bases em território gaulês. A insuficiência flagrante das forças da NATO, se deve acrescer, pois, o seu pequeno teor moral, em termos de determinação para a luta.

Vale dizer, pois, que o único óbice a uma ação ofensiva do "bloco oriental" — cujas fileiras vêm sendo enriquecidas, dia a dia, por novas adesões ocultas ou ostensivas, contra as duas citadas mais importantes áreas estratégicas de todo o Planeta, é a ação catalítica exercida pelas armas nucleares e termonucleares em mãos dos ocidentais.

Dir-se-á, também, que os soviéticos possuem êsse poderio de efeitos astronômicos de destruição. É certo que possuem; mas, ao que se sabe, se não em qualidade, pelo menos em quantidade nitidamente inferior ao "pool" à disposição do "bloco ocidental". Ademais, convém ter presente que, via de regra, o agressor só age quando convenido da impunidade, obtida mediante a conquista da surpresa da vítima, ou quando certo da inferioridade de armas desta última.

O raciocínio exposto se aplica, sem dúvida, com evidência não menor, no que se refere a uma outra área estratégica importante — o Extremo Oriente — e na qual a conjuntura política é, também, assaz crítica para os ocidentais. Não há negar a existência nessa imensa área geográfica de um outro monstruoso rôlo compressor aeroterrestre, impossível de ser igualado, em peso e em sua potência e cuja contenção só é possível mediante a ação de presença de uma nova forma de energia, capaz de destruí-lo, ou, pelo menos, estrangular a sua ação, sem necessidade de palamilhar o terreno da luta.

Não é, pois, de admirar que o "bloco asiático", satélite da URSS, reivindique, também, "in primo loco", a extinção das armas nucleares e termonucleares. É um direito que lhe assiste a pregação da auto defesa dos seus interesses embora êstes possam ser considerados pouco escrupulosos.

Sem dúvida, o ponto de vista do "bloco ocidental" terá que ser diametralmente oposto, a menos que se aceite, como certa, uma esdrúxula "política de suicídio". Pois os fatos não demonstram que, nos

dias que correm, a única "válvula de segurança da Paz Mundial" é a conservação, em mãos dos ocidentais, de um avassalador poderio nuclear e termonuclear? Se assim é, de fato, como consentir que qualquer acordo sobre limitação de armamentos se inicie pela invalidação daquilo que constitui o único argumento convincente contra a agressão premeditada e, destarte, o verdadeiro poder garantidor da paz de que carece todo o mundo civilizado?

Destruir ou invalidar, de algum modo, o atual poderio atômico de que dispõem os ocidentais, ou, mesmo, entravar o seu aperfeiçoamento, equivaleria a retirar de uma máquina a vapor, de alta pressão, a sua "válvula de segurança", persistindo em lançar na fornalha, a cada instante, novos elementos combustíveis. Quem, então, se abalancaria a garantir a integridade dessa máquina, face a uma explosão iminente?

Se, na verdade, estamos convencidos — e os fatos parecem que a isso nos conduzem — de que o poder atômico, ao invés de ameaçar a paz mundial é, paradoxalmente, o elemento essencial da sua preservação, no momento, e que, ao contrário, os dois rolos compressores aeroterrestres, um face à Europa Ocidental e o outro situado no Extremo Oriente, é que mantém, constantemente em xeque a soberania e a integridade territorial das nações que se recusam a aceitar a rubra influência avassaladora — tudo indica, em boa lógica, que a limitação dos armamentos, se é que esta é realmente exequível, deveria começar por aparar as garras destes dois dragões colossais. Vale dizer que, antes de qualquer outra iniciativa, devemos procurar obter a redução dos armamentos convencionais, com que são normalmente equipados os binômios aeroterrestres (Exército e Forças Aéreas), de que se vêm valendo a URSS e seus satélites para ameaçarem insistente e a Paz Mundial. E quem diz limitação das armas convencionais se refere à redução consequente das grandes unidades de organização normal, quer da ativa, quer da reserva, que poderiam ser prestadas em caso de emergência.

De fato, ao limitar os estoques e a capacidade de produção das armas e dos equipamentos tradicionais que mobilizam as grandes unidades terrestres e aéreas, na forma prevista nas propostas ocidentais, estamos efetivamente reduzindo o potencial bélico de uma nação, pelo menos por certo período, cuja duração dependerá de vários fatores, dentre os quais sobreleva a sua capacidade industrial. E convém, desde logo, assinalar que quanto é aleatória a limitação pura e simples do número de homens sob bandeira, em tempo de paz. O exemplo da Alemanha, sob a vigência do Tratado de Versalhes, parece edificante. Reduzindo as suas forças armadas, por força do referido Tratado, ao inexpressivo efetivo de cem mil homens (100.000), nem por isso deixou Hitler de mobilizar uma avassaladora força de mais de oito milhões de homens, com a qual estendeu a ponto de conquistar quase todo o continente europeu. É que assim se demonstra que uma na-

ção previdente, embora dispondo de efetivos de tempo de paz relativamente modestos, poderá planejar cuidadosamente a mobilização mais ou menos rápida, desde que disponha dos elementos humanos de enquadramento indispensáveis (quadros) e dos implementos bélicos necessários ao pé da obra. E sublinho — note-se bem — implementos bélicos ao pé da obra, porque sem armas, munições, aviões, navios, etc., etc., e sem apoio logístico adequado, não se pode mobilizar coisa alguma.

Os Estados Americanos vêm incorporando ao Direito International, desde 1890, por meio de convenções, resoluções e declarações conjuntas, importantes normas, visando a criar a assistência recíproca e a solidariedade continental.

Essas normas têm sido revigoradas e, por vezes, proclamadas com maior ênfase, em tôdas as conferências internacionais que se seguiram à realizada no México, em 1945, tais como a "Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente", da qual resultou a assinatura do "Tratado Interamericano de Assistência Recíproca" (Rio de Janeiro, 1947); a "Conferência Interamericana de Bogotá", em 1948, que deu nascimento à "Carta da Organização dos Estados Americanos" e a "Conferência Interamericana de Caracas", Venezuela.

Acresce que, entre as resoluções da "Conferência Interamericana sobre os Problemas da Paz e da Guerra", realizada no México, 1945, figura a constituição de um "Organismo Militar Permanente", incumbido de estudar e propor soluções para os problemas que afetem a paz e a segurança do Hemisfério Ocidental. Esse organismo deveria ser constituído tomando como "célula mater" a "Junta Interamericana de Defesa", a qual já havia, então, demonstrado o seu valor como órgão de intercâmbio de pontos de vista, de estudo de problemas e de formulação de recomendações, além de fomentar uma estreita colaboração entre as forças terrestres, navais e aéreas das repúblicas americanas.

Na Conferência de Bogotá, em 1948, ampliou-se a idéia acima referida, criando-se a "Comissão Consultiva de Defesa", destinada a aconselhar o "Órgão de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores" a respeito dos problemas de colaboração militar que possam surgir da aplicação dos tratados especiais existentes sobre matérias de segurança coletiva. Essa "Comissão", que é integrada pelas mais altas autoridades militares dos Estados Americanos, tem como órgão de trabalho permanente e de planejamento a Junta Interamericana de Defesa, que, por sua vez, dispõe de um Estado-Maior Conjunto, com a representação militar dos diferentes Estados.

Por outro lado, o "Tratado Interamericano de Assistência Recíproca" (Rio de Janeiro, 1947), em seu artigo 4º, delimita uma "Zona de Segurança" em torno do Continente Americano, dentro da qual

um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos e, conseqüentemente, cada uma das partes contratantes se compromete a ajudar a fazer frente à agressão, no exercício do direito imanente de legítima defesa individual ou coletiva, que é reconhecido pelo artigo 51 da Carta da ONU. Esse dispositivo, que foi revigorado na "Carta dos Estados Americanos" (Bogotá, 1948), aumentou, sem dúvida, os vínculos de todos os Estados Americanos, entre si, e, principalmente, com os Estados Unidos da América, no caso de um conflito extracontinental.

É forçoso reconhecer, pois, que a criação da "Comissão Consultiva de Defesa", e a reestruturação da "Junta Interamericana de Defesa", dando a esta uma missão permanente de planejamento da defesa continental, a cargo do Estado-Maior Conjunto constituído em seu órgão de trabalho; de par com a delimitação da "Zona de Segurança Continental", dentro da qual qualquer ataque armado ou atentado à soberania de Estado Americano implica no revide imediato de todos os Estados continentais, como um todo indivisível, vieram dar um cunho prático e efetivo às normas relativas à assistência recíproca e à defesa conjunta do Continente, até então, vigorantes, apenas, no terreno contemplativo, e muitas vezes inócuo, dos Tratados e Convenções.

Tendo em vista ressaltar a importância da assistência recíproca, tal como foi concebida e planejada no âmbito do Continente Americano e a necessidade imperiosa de estabelecer uma conexão mais ou menos íntima, entre o planejamento da defesa continental e o planejamento global da defesa do "Mundo Livre", necessário se faz analisar, embora rapidamente, as possibilidades do inimigo potencial, no caso de ser, por este, iniciada uma guerra de âmbito mundial; e, como contrapartida, quais as medidas de caráter militar a serem tomadas, no âmbito estratégico e tático, para se opor eficazmente a estas possibilidades operativas do inimigo.

O conceito estratégico relativo à defesa conjunta do Continente deverá resultar do exame dessas duas premissas. Enunciemo-las:

Primeira premissa — No caso de um conflito extracontinental, no qual a União Soviética figure, como "potência principal", as operações de âmbito estratégico poderão, lógicamente, comportar duas fases distintas:

a) a primeira destas se caracterizando por um conjunto de operações agressivas, com extremo vigor, quer no mar, no ar ou em terra, abarcando toda a Europa Ocidental, o Próximo e o Médio Oriente, o Atlântico Norte, o Mediterrâneo e o Báltico, combinadas com ações maciças e violentas em determinadas regiões do Extremo Oriente e da região Norte do Oceano Pacífico;

b) a segunda — sómente na hipótese de o Bloco Oriental, liderado pela União Soviética, haver obtido êxitos sensíveis na primeira

fase, inclusive destruindo as principais fôrças ocidentais na Europa e nos Orients Próximo e Médio — comportaria ações aeronavais de certa envergadura nas regiões Sul do Atlântico e do Pacífico, com esforço possível na região do Mar das Caraíbas e contra portos importantes e bases aeronavais de países banhados pelos oceanos referidos. Nessa fase, a campanha submarina contra a navegação continental — que se mostraria, apenas, com um caráter esporádico e descontínuo na primeira — poderia assumir proporções de valor considerável, com graves repercussões no esforço de Guerra Continental.

Segunda premissa — Dada a pobreza dos meios de defesa à disposição dos Estados Latino-Americanos, agravada pela extrema vulnerabilidade das extensas regiões costeiras e de numerosas ilhas banhadas pelo Atlântico e pelo Pacífico, que terão que ser defendidas, o Plano Conjunto de Defesa Continental deverá, lógicamente, comportar:

- a) uma defesa afastada, principalmente no domínio aeronaval, a cargo dos Estados Unidos;
- b) uma defesa imediata, regional, nos domínios naval, aéreo e terrestre, a cargo de cada um dos Estados, nas regiões litorâneas sob sua soberania, além de uma ação aeronaval conjunta adstrita à proteção da navegação marítima que não poderá ir além de algumas centenas de milhas da costa.

Vê-se, destarte, que a defesa conjunta do Continente está na íntima dependência:

- de um lado, da capacidade operacional e do grau de resistência do "Bloco Ocidental", em uma primeira fase de luta;
- de outro lado, do potencial bélico próprio dos Estados Unidos e de sua capacidade operacional, capazes de manter o inimigo afastado do Atlântico e do Pacífico, em suas regiões Sul, ou de sobrepujar a sua ação em tais regiões.

E é, justamente, nesse conceito de defesa, de difícil contestação em face de sua motivação, que nos parece residir uma relação muito íntima entre o "Sistema de Defesa Continental" e o problema do desarmamento em tela.

De fato, parece óbvio que o valor potencial de uma nação, ou de um grupo de nações, em matéria de capacidade para enfrentar uma guerra, se afere pela concorrência de fatores vários, dentre os quais a qualidade e quantidade dos seus armamentos agressivos e defensivos. Vale dizer que qualquer Convenção ou Acôrdo que possa implicar no enfraquecimento do potencial militar (pelo menos no que este se relaciona com a qualidade dos implementos bélicos), das potências ocidentais, encaradas estas isoladamente ou em conjunto, afetaria, sem dúvida, a capacidade defensiva do Continente Americano e aproximaria, no tempo, as possíveis ações agressivas do "Grupo Oriental" contra a

segurança, a integridade territorial e a soberania das nações nêle situadas. E essa verdade subsiste, ainda, com mais forte razão, quando encaramos o novíssimo conceito da "estratégia atômica" ou da estratégia da exploração da vulnerabilidade das regiões vitais das nações, pela ação de surpresa, maciça e aplastante, contra elas, dos implementos bélicos nucleares ou termonucleares.

Pelo exposto, chegamos à conclusão irretorquível de que no domínio nuclear e termonuclear, como no quadro dos armamentos convencionais, se não mesmo com mais forte razão naquele domínio, qualquer diminuição ou enfraquecimento do potencial bélico relativo dos Estados Unidos, acarretaria, certamente, repercussões profundas e, talvez mesmo, consequências irremediáveis para a Defesa Continental e a Segurança de cada um dos Estados Latino-Americanos.

Mesmo porque, os implementos bélicos de origem nuclear e termonuclear em mãos dos aliados ocidentais, e, em particular, dos Estados Unidos, constituem, no momento, como parece óbvio, pela sua ação repressiva, a única válvula de segurança da Paz Mundial.



MONTE CASTELO

Ten-Cel RUY LEAL CAMPELLO,
Oficial de EM

Relato do Ten-Cel Ruy Leal Campello, Secretário-Geral do Conselho Nacional, por ocasião das comemorações do 19º aniversário da Vitória de Monte Castelo.

Corriam os primeiros dias do já distante mês de fevereiro de 1945. A tropa da 1ª DIE da Fôrça Expedicionária Brasileira, incorporada ao IV C Ex do V Ex Americano, aguardara em estafante e penosa vigília, o escoamento daqueles árduos e enregelados dias do inverno de 1944-45. Cumpria-lhe agora passar à ofensiva, como parte do plano, estabelecido pelo Comando Aliado do Grupo de Exércitos que operava na Península Itálica, destinado a romper a chamada Linha Gótica, capturando os es carpados maciços de Capel Buzzo — Monte Gorgolesco — Capela de Ronchidos — Monte Castelo — Monte della Torraccia, o que, uma vez conseguido, abriria o caminho da rota 64, colocando nas mãos dos Aliados o importante ponto chave da cidade de Bolonha.

Os Exércitos Alemães debatiam-se a essa época desesperadamente contra o crescente poderio aliado que em tôdas as frentes buscava o assédio da chamada fortaleza da Alemanha Continental. Contornados os insucessos causados pela derradeira ofensiva que precedeu o Natal de 44, viram-se as fôrças da poderosa Wermacht na contingência de ceder terreno ante os contínuos golpes desferidos pelos Exércitos libertadores.

Era como parte dêsse quadro geral das operações em curso que o homem brasileiro iria uma vez mais mostrar suas alcandoradas qualidades combativas, concorrendo com o seu esfôrço e seu generoso sangue para a conquista da Vitória Aliada.

Assim, os preparativos para a operação eram facilmente percebidos, mesmo pelos mais indiferentes, já que era patente a grande disponibilidade de recursos de tôda a ordem em mãos do comando do IV Corpo, inclusive a anunciada entrada em ação de uma nova Divisão — a 10ª de

Montanha Americana, especialmente treinada para a luta naquelas alturas. Os movimentos realizados para a tomada do dispositivo, os reconhecimentos e demais entendimentos necessários decorriam dentro de um clima de confiança e quase satisfação. Todos sentiam que soara a hora derradeira da desforra aos rudes golpes sofridos ante aquelas cruentas alturas, das quais Monte Castelo passara a constituir a razão de tôda a atividade da FEB naquele setor da Linha Gótica.

Em três outras oportunidades as operações montadas visando sua captura haviam resultado infrutíferas, e a última delas, realizada a 12 de dezembro de 1944, fizera com que os brasileiros experimentassem a mais dura provação de seu estoicismo naquela campanha, fato facilmente constatável pelo elevado número de baixas sofridas em decorrência.

Desencadeada a ação ofensiva, cujo início marca a estréia da 10ª Divisão de Montanha que, quase de surpresa, atinge as altitudes inacessíveis de Capel Buzzo e Pizzo di Campiano, cumpre à Fôrça Expedicionária Brasileira o papel que lhe fôra reservado na manobra, lançando o 1º Regimento de Infantaria (Regimento Sampaio) contra Monte Castelo, cuja conquista e subsequente prosseguimento da ação ofensiva sôbre Bella Vista e La Serra permitiriam aos americanos em segurança anular finalmente o baluarte do Monte della Torraccia.

A 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária Brasileira enfrenta, então, as árduas operações de 18, 19, 20 e 21 de fevereiro, quando os Batalhões que constituíam o escalão de ataque conseguem, em fim da jornada de 21, a posse definitiva das alturas 977 de Monte Castelo. Os alemães, surpreendidos pelo ímpeto do ataque, não podem manter as suas posições. Era a derrota que se aproximava.

Ao escrevermos êsse rápido comentário, não poderíamos deixar de focalizar alguns aspectos positivos daquelas jornadas admiráveis, que hoje fazem parte das mais emocionantes páginas de nossa história militar. São reminiscências dignas de registro, pois deixam transparecer os traços marcantes do soldado brasileiro naquela campanha e permitem avaliar seu comportamento vigoroso e estóico para alcançar a vitória cuja efeméride hoje devemos comemorar. São passagens que os relatos clássicos não revelam, mas que só podem ser apontados por aquêles que, enfrentando o clima, o terreno e as mais adversas condições de Campanha, "viraram nos olhos" o inimigo daqueles dias. Como exemplo narremos os difíceis momentos vividos pelo nosso escalão de ataque, pouco antes de tomar pé nas alturas 977 de Monte Castelo.

Após vigorosa arrancada, a 5ª Cia do II Batalhão do Regimento Sampaio alinha-se com a 1ª e 2ª Cias do I Batalhão, executando um amplo movimento que visava atingir o objetivo abordando-o pelas encostas N-NW. Incumbe, então, ao seu Cmt coordenar o lance final que as con-

duziria à crista. Liga-se, em consequência, aos dois outros capitães e rapidamente é decidida a abordagem. Pressentia-se que o dia estava a findar e era necessário chegar ao objetivo ainda com luz suficiente que permitisse consolidá-lo e reajustar convenientemente o dispositivo das Cias do escalão de ataque.

A região em que se encontravam os atacantes entre GARGÉ e FORNACE mostrava, à frente do compartimento de ataque, a extensa ravina da região do C. Zolfo, ao fundo da qual sobressaía, com amplo domínio sobre toda a região — Monte Castelo.

Repentinamente, a citada ravina é batida por fogos ajustados dos sempre temíveis morteiros alemães. A tropa brasileira é colhida em cheio por esse bombardeio, registrando-se muitas baixas. Ouvem-se ordens rápidas e energicas dos comandantes imediatos. O heróico Cap Yeddo Blauth concita seus comandados a se manterem coesos e a "seguirem o exemplo de seus chefes".

Feridos, alguns já em agonia, são prestimosamente atendidos. Logo, porém, prossegue o movimento com decisão e rapidez, não faltando verdadeira demonstração de sangue frio de outros que trocam seu armamento de repetição pelas submetralhadoras daqueles que haviam tombado minutos antes. O escalão de apoio bate com rajadas de Mt .30 e tiros de lança-rojão a região de C. de Zolfo, que constituía séria ameaça ao escalão de ataque.

Há um momento de intensa expectativa, quando são divisados, cruzando à frente do escalão de ataque, elementos desgarrados de uma Cia Americana. O incidente constitui grave perigo e há mesmo troca de tiros. O uniforme brasileiro assemelhava-se pela côn ao alemão, apesar das providências tomadas para que toda a tropa atacante utilizasse o field-jacket americano, de côn cáqui, a fim de melhor identificá-la. Felizmente, o impasse é contornado, sendo indicada aos americanos a direção da estrada principal para onde conduzem êles, logo após, alguns prisioneiros alemães, fazendo com que os últimos transportem em uma lona de barraca alemã um infante americano ferido.

As ações e os movimentos se sucedem com grande rapidez e mesmo perfeição. O comportamento da tropa atacante podia-se assemelhar, a essa altura, ao de uma infantaria executando manobra em campo de instrução.

Monte Castelo começa a ser abordado e o escalão de ataque toma pé incontinenti nas alturas 977. Súbito, um foguete luminoso corta os ares, sendo assinalado pelos postos de observação, e três estrelas verdes, que no código de sinais significavam objetivo conquistado, são vistas por sobre o compartimento de ataque. Eram os primeiros elementos que atingiam

a crista e apontavam, pela utilização dêsse artifício, a direção aos companheiros do escalão de apoio, por isso que rapidamente a escuridão faria sentir seus efeitos tão temerosos nessas circunstâncias.

Os alemães, duramente batidos pelos fogos da artilharia de apoio e pelo vigor da manobra executada pelos atacantes, ainda conseguem evacuar a região, apoiando-se na resistência de La Torraccia, já entes-tada pelos americanos.

As Cias de Fuzileiros coroam finalmente o objetivo, porém, mais um esforço ainda deveria ser despendido. Todos, do Capitão ao volteador, organizam o terreno e cavam seus fox-holes, pois, só assim, estariam em condições de assegurar a posse das alturas conquistadas e fazer face a um contra-ataque alemão, sempre esperado. Além disso, cumpria resistir à fadiga e à estafa que já se faziam sentir, após as emoções e os esforços inauditos de tão vibrante jornada. Os efeitos do frio e da escalada do terreno difícil e escorregadio, produziam em todos terrível e indescritível sensação que poderia trair até aos mais fortes. A tropa atacante havia conduzido, apenas, o armamento e o equipamento aliviado indispensáveis para o cumprimento da missão, a fim de que não ficasse tolhida em sua capacidade de manobra e resistência, ante as dificuldades provenientes do terreno, segundo já nos referimos, e à grande profundidade a pal-milhar do compartimento de ataque. Vale também acrescentar que os atacantes, apenas, estavam alimentados por intermédio das rações de reserva e não tinham consumido nenhuma refeição quente desde o início daquelas árduas jornadas.

Pouco mais tarde, elementos do III Batalhão, que haviam tomado parte na ação, abordando o objetivo face ao sul, atingem também a crista, ligando-se aos seus companheiros do I Batalhão, já devidamente articulados naquelas alturas.

Os postos de comando vibram ante a certeza da vitória alcançada. Monte Castelo, finalmente, estava em poder da Infantaria Brasileira, ali representada pelo 1º Regimento de Infantaria — justamente o Regimento Sampaio, a repetir e a confirmar as grandes ações e feitos do passado do seu glorioso patrono — Sampaio !

Ao concluirmos nosso relato, cumpre-nos reverenciar a memória daquelas heróicos companheiros que hoje repousam o sono eterno no solo pátrio, à sombra do Monumento Nacional erigido pela Pátria reconhecida. Perfilemo-nos, pois, em justa e comovedora homenagem, evidenciando, uma vez mais, que o sacrifício de suas vidas não foi em vão. A Pátria saberá sempre cultuar a memória e o esforço de todos os que lutaram na Itália, conquistando, a 21 de fevereiro de 1945, Monte Castelo — vitória lídima que consagrou tão alto o soldado brasileiro !

AS FÔRÇAS ARMADAS NO SISTEMA DE TRANSPORTES

Ten-Cel ALFREDO CORREIA LIMA,
Oficial de EM

1 — Introdução

Dentre os elementos da estrutura econômica de uma nação, os sistemas de transportes constituem-se talvez num dos mais importantes fatores condicionantes de seu Poder Militar.

Sua influência, de caráter primordial, apresenta vários aspectos, dentre os quais destacam-se: os movimentos preliminares de tropas e materiais, os deslocamentos operacionais de todo tipo por ocasião de operações de guerra, ou até mesmo de exercícios e manobras, e aquêles de apoio logístico.

Impossível seria adaptar os sistemas nacionais de transportes às necessidades de uma guerra já em curso, e mesmo muito difícil na sua iminência; é pois indispensável que, pensando-se em tão grave servidão, as implicações de ordem militar sejam levadas em conta na montagem do sistema, de tal sorte que êle venha a permitir em tempo hábil a atenção àquela interferência.

Tais considerações, que podem ser encaradas como exigências doutrinárias, ajustam-se perfeitamente ao caso brasileiro, justificando a participação das suas Fôrças Armadas nas atividades de Transportes — um dos elementos do Poder Econômico Nacional.

Intervindo ativamente na montagem, exploração e conservação da estrutura dos Transportes, elas, a par de sua colaboração à política de desenvolvimento do país, estarão exercitando a sua atuação em caso de conflito armado, quando então terão obrigatoriamente que controlar tais atividades; por outro lado, sua participação vem atenuar os ônus da própria manutenção que exigem, porque estarão produzindo atividade altamente remunerativa para si próprias e para a Nação.

2 — Participação das Fôrças Terrestres

Entre as missões consideradas subsidiárias do Exército figura a construção de rodovias e ferrovias, executada por intermédio da Diretoria de

Vias de Transporte, que as leva a cabo empregando Unidades e Comissões de Construção, da arma de Engenharia.

Sendo as vias de transporte de capital importância para as operações terrestres, cresce o valor de tais missões, ainda que apontadas como secundárias. Para a arma de Engenharia elas constituem, além do mais, magnífica forma de adestramento, particularmente para os quadros, porque, embora sejam trabalhos de natureza pacífica, só diferem dos que lhe estarão afetos em caso de guerra pela ausência das agressões inimigas.

Os trabalhos de construção trazem consigo outra atividade benéfica, pois paralelamente aos mesmos, e como incentivo ao seu bom desenvolvimento, vêm a assistência higiênica, médica, dentária, alimentar, educacional, e tantas outras, que cabem no grande quadro da assistência social.

Numa atividade perseverante, que remonta ao século passado, a Engenharia militar já construiu em todos os quadrantes do país 1585 quilômetros de ferrovias e 3214 quilômetros de rodovias. Presentemente tem-la trabalhando no Nordeste, nos confins de Rondônia e Mato Grosso, na fronteira do mesmo Estado com a república do Paraguai, nos Estados sulinos, no Triângulo Mineiro e NW de São Paulo, na Serra da Mantiqueira. Várias das obras a seu cargo são de destacada importância, como, por exemplo, os trechos que lhe cabem do TPS, da BR-2, da BR-11, da BR-14, da BR-35.

A Diretoria já citada, abreviadamente a DVT, cabe também o estudo do equipamento e utilização das vias de transportes para fins militares. Através das Comissões de Rêde, espalhadas pelos territórios das Regiões Militares, via de regra sediadas junto aos seus Comandos, faz o levantamento de dados completos sobre as vias de transporte, registrando-os em fichas e mapas, conclui sobre as possibilidades de utilização, buscando encontrar as vantagens ou inconvenientes que cada uma apresenta, e selecionando no conjunto os itinerários ou sistemas capazes de atenderem, total ou parcialmente, aos reclamos dos deslocamentos de tropas e materiais.

Do confronto entre necessidades militares e deficiências das estradas surgem os planos de melhoramentos, que, pelos órgãos superiores do Exército, são submetidos aos responsáveis federais pela sua adoção. A aprovação e execução dependem de fatores alheios à vontade do Exército, avultando entre êles as limitações orçamentárias do país.

Outra colaboração das Forças Terrestres à melhoria dos transportes está na ampliação ou construção de campos de pouso, cooperando destarte com os engenheiros de aeronáutica, quer civil, quer militar.

Em ocasiões de calamidades climáticas, situações bélicas, ou de colapso dos transportes por agitações políticas, tem o Exército tomado a seu cargo o atendimento de tão necessário serviço público. E em situações normais é comum fazê-lo nos trechos ferroviários que constrói, enquanto os não entrega aos órgãos civis.

3 — Participação das Fôrças Aéreas

Já anteriormente citamos a construção de campos de pouso, como uma das tarefas que cabem aos engenheiros de aeronáutica, civis ou militares.

Mas de outras formas apresenta-se a participação da Fôrça Aérea, avultando entre elas, pela sua importância transcendental, o Correio Aéreo Nacional, o popular CAN, criado em 1931, e que hoje risca o mapa e os céus do Brasil, transpondo mesmo as suas fronteiras em fraternal abraço com as nações vizinhas, com avultado número de linhas regulares, algumas de grande extensão, e diversas delas pioneiras; da utilidade dessa contribuição falam melhor os números:

— em 1962 o CAN, em seus 277.500 km de linhas, realizou 6.515.200 km de percurso em 1.408 viagens, gastando 26.074 horas de vôo, transportando 60.090 passageiros, 2.766.752 kg de carga e 498.136 kg de correspondência.

Encarrega-se a Fôrça Aérea do Serviço de Proteção ao Vôo, através de um conjunto de operações terrestres, levadas a efeito com meios eletrônicos, em obediência a regras que disciplinam o tráfego de aeronaves, civis ou militares, e que garantem o máximo de segurança aos transportes aéreos.

Complementa tal serviço o de Busca e Salvamento, operação também de apoio, que consiste na pesquisa metódica e persistente de aeronaves desaparecidas, visando ao seu possível socorro e resgate. Cumpre lembrar que também embarcações beneficiam-se do importante, útil e benemérito serviço.

O Socorro Aéreo Médico e as Missões de Misericórdia são ainda formas sob as quais a Aeronáutica Nacional leva o seu apoio a regiões de escasso amparo ou mesmo ao salvamento de vidas humanas em grave risco.

Ainda os Levantamentos Aerofotogramétricos e Aerometeorológicos traduzem valioso subsídio aos transportes; os últimos trazem precioso apoio à circulação dos meios, muito particularmente os aéreos e marítimos; aquêles possibilitam melhor e mais rápido estudo, projeto e implantação das vias terrestres.

4 — Participação das Fôrças Navais

Tal como no caso do CAN, que já vimos linhas para trás, também a Marinha intervém diretamente na execução dos transportes aquáticos, onde faz uso de sua frota de transporte, representada por quatro NT para pessoal e outros tantos para combustível e serviços.

Falem novamente os números. Em 1962, as suas realizações estão representadas por :

132.951 milhas navegadas em
3.025 dias de mar, transportando
3.597 pessoas e
376.778 volumes de carga, com o peso de
290.890 toneladas, num frete bruto de
Cr\$ 152.878.383,90.

Tais resultados são, sem dúvida, bastante significativos, mormente ao considerarmos o desmantelo que lavra, por infelicidade, no seio de nossa desorganizada Marinha Mercante.

Contribuição igualmente destacada oferece a nossa Fôrça Naval com o atendimento de seus estaleiros e docas a embarcações civis de todos os tipos, sendo de notar, aliás, que muitas terão sido construídas nessas mesmas instalações.

O balizamento de canais, a construção e melhoramento de instalações portuárias, o levantamento hidrográfico, a sinalização de zonas perigosas, a distribuição de cartas marítimas, são outras manifestações da atuação da Fôrça Naval no sistema dos transportes aquáticos.

Cabe-lhe também o Socorro Marítimo, freqüentemente levado a cabo em cooperação estreita com a Fôrça Aérea, e que consiste na busca, localização e o salvamento de embarcações e aeronaves accidentadas ou avariadas no mar, com a sua possível recuperação e o recolhimento dos náufragos.

É a Fôrça Naval quem disciplina e controla o tráfego marítimo, tarefa precípua do Estado-Maior da Armada, que a executa através da Diretoria de Portos e Costas, órgão que igualmente controla o pessoal marítimo, admitindo-o, examinando-o, fornecendo-lhe documentos. A Diretoria está presente em todo o território nacional mediante as Capi-tanias de Portos.

As constantes agitações sociais no seio das inquietas zonas portuárias têm feito destacar outra contribuição capital da Marinha, qual seja a de contrabalançar as paralisações da carga e descarga dos navios mercantes por ocasião de movimentos grevistas. Não só marujos e fuzileiros têm realizado carregamentos e descarregamentos nos cais, como também movimentado as embarcações abandonadas por seus tripulantes.

5 — Deficiências na participação militar nos transportes

Por certo, fazem-se notar falhas na participação das Fôrças Militares no sistema de transportes do país. Mas se nos aprofundarmos no seu estudo verificaremos que se referem sómente a :

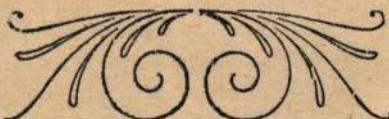
— flutuações de nível de pessoal, decorrentes das leis de movimentação de seus quadros, e dos prazos do serviço militar compulsório ;

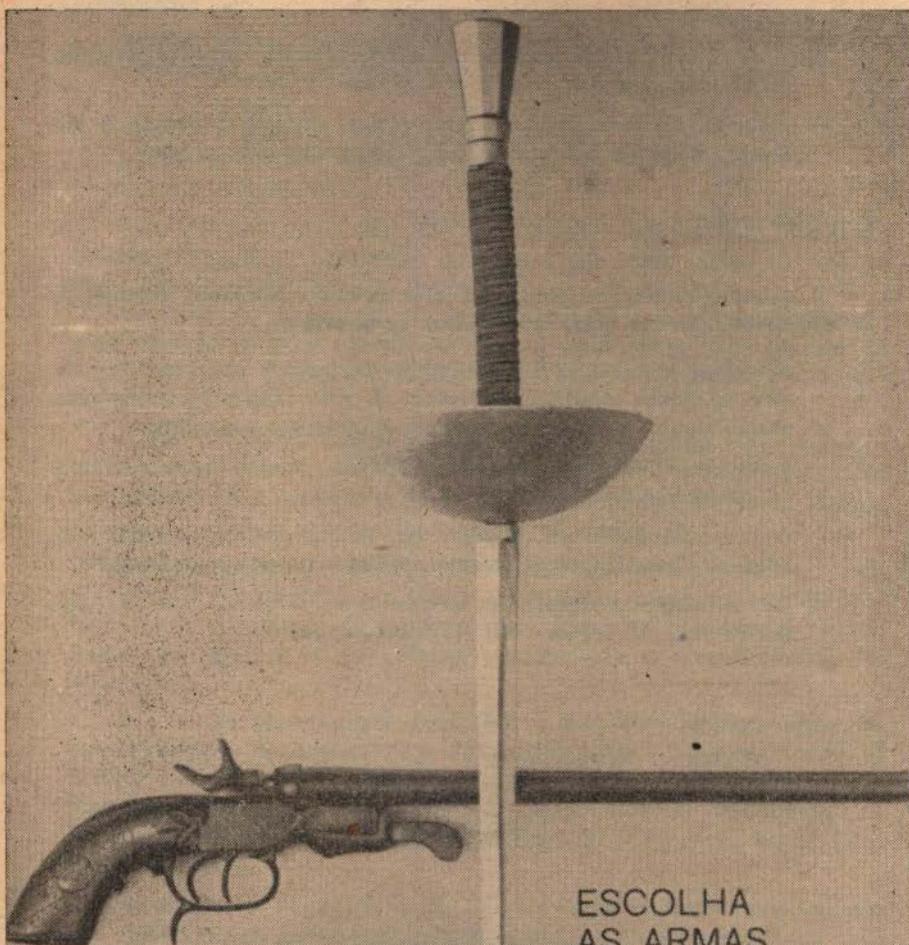
- descoordenação entre os organismos militares e civis que atuam no sistema ;
- escassez de material técnico necessário, sempre caro, de obtenção difícil e demorada ;
- dotações orçamentárias em geral curtas, sujeitas a atrasos, e até mesmo a cortes nas verbas, por vezes muito exagerados.

6 — Conclusões

A atuação militar no setor dos Transportes é bastante expressiva. Poderá entretanto ser ainda mais eficaz se houver :

- emulação e estímulo à manutenção de pessoal habilitado, reten-do-o mediante legislação protetora de seus interesses, assistência social efetiva, e mesmo vantagens de natureza pecuniária ;
- manutenção, em quantidade e qualidade, de um bom nível dos equipamentos necessários ;
- distribuição em tempo oportuno das verbas destinadas à adminis-tração e operação dos organismos militares ligados aos transportes ;
- entrosamento inteligente das atividades militares no setor de trans-portes com os órgãos civis que nêle atuam.





Antigamente, os problemas eram resolvidos assim. Por "acordo entre cavalheiros". Até mesmo na escolha das armas. Hoje, a trepidação e o dinamismo abreviaram um tanto os métodos de solucionar dificuldades. Em lubrificação industrial, por exemplo, você dispõe atualmente de recursos científicos que lhe dão, para cada caso, soluções adequadas e de resultados concretos. Acorde na escolha das armas. Em problemas de lubrificação industrial, consulte a SHELL. Uma equipe especializada e eficiente está a sua disposição, permanentemente, pronta a ajudá-lo.

ESCOLHA
AS ARMAS

VOCÊ PODE CONFIAR
NA  MEIO SÉCULO
DE EXPERIÊNCIA
E BONS SERVIÇOS
NO BRASIL

CENTENÁRIO DO ATAQUE AO FORTÉ DE COIMBRA

Gen RAUL SILVEIRA DE MELLO

1 — No sentido de colaborar na apreciação, divulgação e comemoração de ocorrências brasileiras de invulgar notoriedade, e de alta expressão cívica, apraz-me lembrar que, no corrente ano de 1964, transcorre o centenário de um dos mais graves acontecimentos que conturbaram o governo e a opinião pública brasileira, talvez o maior deles. Refiro-me ao rompimento e ao primeiro choque de armas verificados na guerra de 1864-70 entre as quatro nações ribeirinhas do Rio da Prata. O estado de beligerância ocorreu a 12 de novembro de 1864, pelo apresamento do nosso navio mercante *Marquês de Olinda*, e por expressa declaração do presidente da República do Paraguai, Francisco Solano Lopez, na mesma data.

2 — A primeira versão, conquanto imprecisa e vaga, dessa grave ocorrência, foi dada a conhecer no Rio, pelo *Diário Oficial*, no dia 6 de dezembro, transcrita dos jornais de Buenos Aires, chegados na véspera. Contudo, a 19 o Gabinete Imperial veio a saber da gravidade e extensão dos acontecimentos, por comunicado que lhe transmitiu de Buenos Aires o nosso representante diplomático no Paraguai, já então na capital portenha. Essa comunicação oficial não foi dada a público. No dia seguinte, porém, 20 de dezembro, o *Jornal do Comércio* estampou o longo noticiário da imprensa portenha, chegado no dia anterior, sobre a realidade dos fatos desenrolados no Paraguai.

3 — Não se ignorava que o governante paraguaio vinha preparando militarmente a nação, muito mais do que comportava o índice demográfico e cultural do povo. Adestrava milhares de conscritos em campos de concentração. Dispunha de arsenais e estaleiros em plena atividade. E encorajada encouraçados na Inglaterra para completar sua frota de guerra.

4 — Ora, tendo o Brasil, em outubro de 1864, intervindo militarmente no Uruguai, Lopez, que se antecipara em protestar contra a realização desse ato de força, por julgá-lo contrário à segurança do Paraguai, rompeu com o nosso governo e entrou em estado de beligerância. Nessas condições, era de prever que, tendo chegado a esse extremo, e preparado como estava para guerra, tomaria, de imediato, a iniciativa das operações. Como e por onde começaria, isto sim, ficou no terreno das suposições. Sabia-se, no entanto, que a República do Paraguai confinava com o Brasil por dois quadrantes. O de Noroeste, pela província de Mato Grosso, e o de Sueste, pela do Paraná. Por um ou por outro poderia investir contra o território

brasileiro. Não lhe era lícito fazê-lo pelas outras duas províncias próximas, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sem violar o território argentino, que estava de permeio.

5 — Foi, portanto, pelos jornais de Buenos Aires e Montevidéu que se teve conhecimento de que Lopez dera início à guerra e que o fizera pela província de Mato Grosso, cujas linhas de invasão, rio Paraguai e vale do Miranda, estavam escassamente defendidas. Uma frota de guerra e uma divisão de cavalaria irromperam de surpresa, Mato Grosso adentro, como a levar tudo de roldão. No primeiro encontro de armas, chocou-se aquela contra o nosso velho Forte de Coimbra, mas só conseguiu ocupá-lo à custa de grandes perdas, após heróica resistência e retirada incólume da valorosa guarnição. Desbaratando, a seguir, as mal apetrechadas guarnições de Miranda e Corumbá, e os frágeis barcos da flotilha mato-grossense, as forças paraguaias apoderaram-se em poucos dias do sul de Mato Grosso.

6 — Achando-se, porém, aquela província no longínquo oeste brasileiro, semidespovoado e de precárias ligações terrestres com a capital do Império, não é de estranhar que as informações oficiais, exatas, da invasão, saídas de Cuiabá a 12 de janeiro, só houvessem chegado à Corte a 17 de março de 1865. O relato dos acontecimentos, ansiosamente esperado, causou efeito constrangedor. Desolação e exasperação ao mesmo tempo.

7 — Todavia, um fato de excepcional bizarria e intrepidez teve o condão de reerguer o espírito de nossa gente e de incitar-lhe os brios. O nosso velho Forte de Coimbra guardara ilesa o seu florão de glórias. Não era para menos. Tinha renome em todo o Império. Fundado em 1775, para assegurar o domínio português no sul da Capitania, vivera sempre isolado, numa região selvagem, em perpétua vigilância, longe de bases de recursos, sem apoio tático e logístico, e, muita vez, em regime de pré-guerra. Portara-se, porém, briosamente em todo o tempo. Já em 1801, apesar da grande inferioridade numérica e material, repeliu bravamente uma frota naval comandada pelo próprio governador espanhol do Paraguai, Dom Lázaro de Ribera, que ali se apresentara, com a missão de expulsar os português daquela e das mais posições que ocupavam na margem ocidental do rio Paraguai. Coube, outrossim, ao velho Forte, daí por diante, com a ajuda dos índios Guaicurus, nossos aliados, garantir para o Brasil a posse definitiva da região meridional de Mato Grosso, até ao Apa.

8 — Isso posto, eis que, transcorrido meio século, coube ainda ao Forte de Coimbra representar ao vivo a primeira cena sanguinolenta da tragédia bélica de 1864-70. Foi, de fato, ali, contra o velho Forte, que se verificou o primeiro bombardeio, o primeiro ataque, o primeiro assalto, o primeiro corpo-a-corpo da série de ações e reações que pontilharam de heroísmo e de luto os seus anos da infesta guerra. A expedição paraguaia, cujo potencial excedia trinta vêzes o potencial do Forte, desenca-

deou contra êle, durante dois dias de luta encarniçada, todo o pêso dos seus canhões e de suas tropas de assalto.

Antes, porém, de iniciar o ataque, o comandante paraguaio, certo da inutilidade da defesa, mandara intimar o Forte a que se rendesse. A guarnição, no entanto, pela palavra do seu comandante, lhe respondera — Não! Declarando que preferia arrostar as vicissitudes da luta desigual. E, assim decidida, bateu-se bravamente e não se deixou vencer. Esgotando-se-lhe, porém, a munição, viu-se na contingência, para não ser aniquilada, de recorrer à conjuntura extrema que lhe restava: abandonar o Forte e tentar a retirada. Difícil e ousada esta operação naquelas duras circunstâncias! Contudo, por incrível que pareça, a guarnição logrou romper o contacto e safar-se incólume, na calada da noite, como peixe escape da rês. Fê-lo com felicidade nunca vista, como se houvera cegado os órgãos de vigilância do adversário e emudecido a sua escuta. E, ainda mais. Saiu ilesa da terrífica refrega, sem perda ou ferimento de um só homem, ao passo que as tropas atacantes sofreram o pesado ônus de 42 mortos e 164 feridos. Surpreende, realmente, o confronto dêsses algarismos, porque o Forte era uma obra antiquada e não possuía casamatas nem abrigos para o pessoal. As baterias e seteiras estavam a céu aberto. O recinto, desprotegido, subia em rampa para o morro, parecendo disposto, ali, a jeito, para alvo das vistas e tiros diretos do atacante.

Malgrado, porém, êsses fatôres desfavoráveis, registrou-se aquêle paradoxal escore: 206 baixas de um lado e ZERO de outro.

9 — O Brasil, por êsse tempo, achava-se empenhado na intervenção no Uruguai contra o governo de Aguirre. Não lhe era fácil revidar, de pronto, a agressão de Lopez. E as dificuldades cresciam-lhe de ponto por não confinar com o Paraguai senão pelas fronteiras de Mato Grosso e do Paraná, únicas que lhe davam acesso ao teatro da guerra. Essas fronteiras, porém, e centenas de quilômetros de sertão, para lá chegar, eram despovoados e sem recursos nem estradas de espécie alguma. Difícil situação! Mas o próprio Lopez serviu de instrumento para remoção dessas dificuldades. Fiado no êxito inicial, facilmente obtido em Mato Grosso, e contando com a adesão das províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios, relaxa a continuidade das operações — fator importante na guerra — e deixa escapar a prioridade de iniciativa, que com tanto afã lograra de comêço. Quando decide retomar as operações em abril de 1865, depois de malograr seu pedido de trânsito pelo território argentino, para dar as mãos aos seus amigos no Uruguai, era tarde demais para tão ousado cometimento. A nossa intervenção militar já se havia consumado em 20 de fevereiro com a queda de Aguirre e a ascensão de Flôres, aliado do Brasil, ao poder.

Por êsse tempo, as nossas tropas, livres já do conflito uruguai, rumavam dali para o Rio Grande, a fim de contrapor-se às de Estigarribia, prestes a ocupar Uruguiana. Essa arremetida paraguaia, através de Cor-

rientes, em defesa do Uruguai, extemporânea e lerda, foi o comêço do fim para o governante paraguaio, e fator de grandíssima vantagem para o Brasil, por nos haver propiciado a aliança da Argentina, e, destarte, a abertura da linha de operações pelo Rio da Prata, de primeira importância para o êxito da guerra.

10 — Foi daí (2^a fase da guerra) que resultaram as primeiras reações vitoriosas dos aliados: Riachuelo (11 de junho de 65), Uruguaiana (18 de setembro de 65), Passo da Pátria (23 de abril de 66). Outrossim, como vantagem puxa vantagem, abriu-se, a seguir, a 3^a fase da guerra, de Estero Bellaco a Assunção, e, por fim, a 4^a fase, nas Cordilheiras, com desfecho em Cerro Corá.

11 — Estes e os mais episódios e acontecimentos da guerra (1) terão, a seu tempo, as justas e devidas comemorações, dia por dia, ficando todos em pauta, para figurar cada um por sua vez.

12 — Por agora, tenhamos em mira apenas a primeira das grandes comemorações centenárias; apenas esta, cronologicamente a primeira, que é a do Forte de Coimbra. Foi, indubitavelmente, um grande acontecimento. Apliquemo-nos a essa festa jubilar com tanto ardor quanto o exige a magnitude dos fatos ali desenrolados, jamais vistos na história das guerras: uma guarnição que nem capitulou nem foi vencida; uma tropa que lutou sob um dilúvio de ferro e fogo, ficando incólume, sem ser atingida num só homem, como se fôra invulnerável. Sim, tudo isso e mais ainda: uma tropa coesa e destemida, que, face um adversário vigilante e cioso de agarrá-la, rompeu o contacto e pôs-se a salvo, como se fôra invisível.

13 — Cumpre, pois, usemos do tempo que nos resta, menos de um ano, para programar e levar a bom término as providências necessárias à celebração da epopeia de bravura e incolumidade que representaram os defensores do velho Forte nas difíceis jornadas de 27-28 de dezembro de 1864. Façamo-lo com extremos de entusiasmo e de ufania, mas sem uma nota sequer de animosidade que possa ferir os nossos adversários de ontem — amigos de hoje — que ali se portaram também bravamente.

14 — Acima de tudo, unamo-nos num côro nacional de hosanas e ações de graças a Nossa Senhora do Carmo, Padroeira do Forte, pois foi a ELA que os defensores recorreram nos momentos de apuro, pedindo o seu valimento, e foi ELA, sem sombra de dúvidas, por sua insigne proteção, que os tornou invulneráveis e invictos na refrega, e incólumes na retirada.

(1) A intervenção armada no Uruguai é tida por preâmbulo da guerra do Paraguai. As suas primeiras efemérides precedem e as últimas acompanham, respectivamente, a primeira e segunda fases da guerra guaranítica. Convém, pois, não se esqueça, aquelas efemérides devem ser também lembradas e comemoradas.

15 — Quando, pois, chegarem os dias 27 e 28 de dezembro do corrente ano, centenário do ataque ao velho Forte, comemoremo-los solenemente, lá mesmo, no próprio local histórico dos acontecimentos, contemplando dali, sobre as ruínas do glorioso baluarte, o magnífico panorama que serviu de cenário àquelas duas memoráveis jornadas. E façamo-lo também alhures, com a mesma exultação e galas, por todos os rincões da Pátria. Tratemos, porém, nesses dias de júbilo, tão só do que enaltece os nossos heróis, sem entrar na apreciação das causas nem da inobservância das leis da guerra. Deixemos de parte, ou, pelo menos, silencemos os aspectos polêmicos da guerra. Estes assuntos, durante as comemorações, devem ficar na mudez dos arquivos, ou no âmbito dos gabinetes de estudo, a fim de não ofender, nem ao de leve, a memória dos mortos e vítimas da lamentosa tragédia. O de que se trata, isto sim, é de exaltar os nossos heróis por seus feitos de desprendimento, generosidade e bravura. De resto, em nada interessa, e nada acrescenta ao brilho das comemorações, antes as deslustra, revolver as escórias da guerra.

16 — Em consideração, portanto, ao centenário de tão importantes acontecimentos de nossa história, é de esperar que o governo, por seus órgãos especializados, já tenha a postos as equipes de historiógrafos e de organizadores de solenidades, programando e dispondo tudo para que as cenas e feitos da guerra, que o mereçam, venham a receber, a seu tempo, as justas referências e merecidas comemorações.

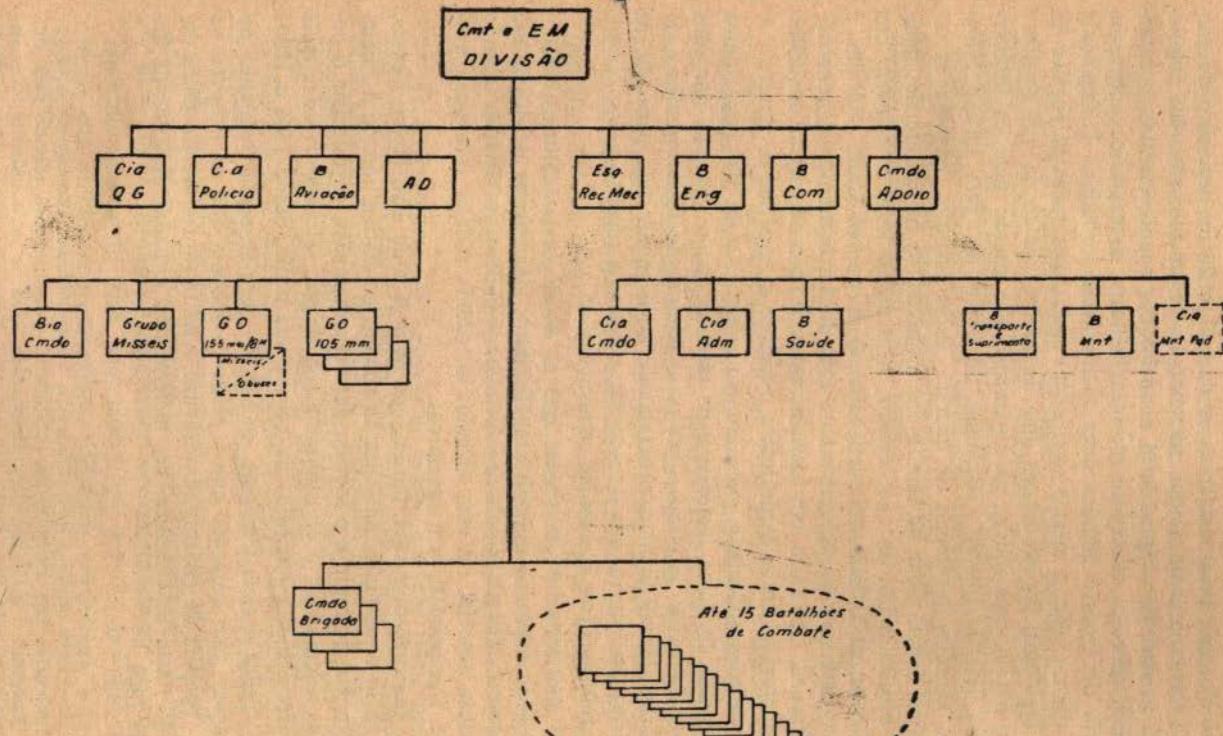
17 — Não é menos de esperar que as entidades de cultura, notadamente as Universidades e Institutos Históricos, inscrevam, desde já, em pauta, o roteiro dos principais acontecimentos bélicos de 1864-70, fazendo dêles menção especial em seus círculos de estudo e dêles tecendo a apologia, para fins patrióticos e educativos.

18 — Indispensável será, porém, que os órgãos de divulgação, jornais, revistas, rádio e televisão, de todos os rincões da Pátria, tomem a iniciativa de explicar o objeto e o sentido das comemorações, de difundir o noticiário das solenidades, e de realizar a reportagem retrospectiva das mais notáveis efemérides e episódios da guerra, dia a dia, desde 1864 a 1870.

19 — Todos e cada um, pois, se hão de engajar nessa campanha de comemorações, sem esquecer que a primeira epopéia que se escreveu na guerra — epopéia de civismo, de bravura e de fé — foi escrita pelos defensores do Forte de Coimbra, nas memoráveis jornadas de 27-28 de dezembro de 1864.

NOTA 1 — Para maiores esclarecimentos e minudências, consulte-se o 4º volume da HISTÓRIA DO FORTES DE COIMBRA, recentemente editado pela Imprensa do Exército, o qual pode ser encontrado, com os mais volumes, nas Bibliotecas Públicas, Institutos Históricos, Quartéis-Generais, Unidades e Repartições Militares.

NOTA 2 — Em novas missivas, voltarei, oportunamente, permitindo-o Deus, a lembrar da intervenção no Uruguai, da invasão de Mato Grosso, e, a seguir, dos mais acontecimentos da guerra, recordando, pura e simplesmente, episódios e efemérides de maior relevância.



ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA MODERNA DIVISÃO

DA FALANGE À MODERNA DIVISÃO

"La tactique change tous les dix ans..."

NAPOLEÃO

LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO
Capitão de Artilharia

As flutuações no panorama geopolítico internacional, e a evolução desenfreada da ciência e da técnica resultam na integração de novas armas e equipamento e modificam a natureza da guerra. Em consequência, uma constante revisão e atualização da estrutura básica das Fôrças Armadas se faz mister. Se atentarmos para a História Militar, verificaremos que as características e o organismo dos exércitos, através dos tempos, têm experimentado ininterruptas transformações, graduais e progressivas. Retratando a cultura de diferentes eras, os exércitos passam por fases sucesivas e distintas, e podem ser classificados pelo elemento em torno do qual se constituem. Assim, embora admitamos que o homem — a máquina pensante — seja onipresente, distinguimos o período do infante, das tropas montadas e dos engenhos bélicos.

Na antiguidade os exércitos eram organizados à base do soldado a pé, armado com dardo ou espada e escudo. No berço da civilização ocidental, as primitivas grandes unidades foram a conhecida falange grega e a histórica legião romana. De origem espartana, constituída únicamente de infantaria emassada em quadrado (sintagma), no qual dezessete homens marchavam ombro a ombro em dezesseis colunas, a falange caracteriza a organização militar grega, do período helênico ao macedônio. Limitados elementos montados atuavam em seus flancos. As funções tático-administrativas cabiam ao exército. Na antiga Roma a legião, que nasceu da centúria (100 guerreiros a pé), sofreu várias alterações, de acordo com a época e o caráter belicoso dos chefes romanos, e atingiu o apogeu com Júlio Cesar, quando foram introduzidas em seus quadros todas as armas. Data daí o aparecimento das máquinas de atirar flechas (balistas) e pedras (onagres), as reais precursoras da artilharia. Quatro legiões formavam um exército.

No século XIII, surge Gengis Khan, com suas hordas quase completamente montadas, e põe em relevo a cavalaria. Um exército era composto de três "toumans"; e este, de dez regimentos. O regimento subdividia-se em dez esquadrões, cada um a dez pelotões que, por sua vez, compreendiam grupos de dez homens. Como vemos, a organização militar do legendário conquistador mongol alicerçava-se no sistema decimal. O "touman" pode ser considerado como o predecessor da divisão de cavalaria, apesar de os encargos administrativos permanecerem fora de sua alcada, confiados ao exército.

A Guerra dos Trinta Anos (1618-48) assinala um ponto de inflexão na supremacia da cavalaria. Os cavalarianos, munidos sómente de lanças,

não podiam enfrentar os infantes com mosquetes; pois, enquanto a infantaria infligia consideráveis baixas ao inimigo a distâncias razoavelmente longas, a cavalaria era forçada a estabelecer contato físico com o adversário, para lograr êxito. Desta maneira, as formações de infantaria voltaram a desempenhar papel primordial no combate. Entretanto, a cavalaria continuou proporcionando cobertura ao combatente a pé. Em síntese, era o emprêgo das armas de fogo a imprimir nova feição à tática e organização mantidas desde séculos anteriores.

No princípio do século XVII, GUSTAVO ADOLFO, Rei da Suécia, organizou o primeiro exército em brigadas, batalhões e companhias. A maior parte de seus exércitos era integrada por infantes, embora desse ênfase à artilharia e chegassem mesmo a fazer uso de seis peças leves para cada mil soldados. Com GUSTAVO ADOLFO aparece uma nova formação tática — a linear. Sua teoria preconizava o desdobramento de duas linhas de tropas a pé, em ampla frente, cobertas por cavalaria nas alas, e reforçadas por uma terceira em reserva, predominantemente a cavalo. Após a ruptura das linhas adversárias, executada pela infantaria, usava a cavalaria na exploração do êxito, tirando proveito do princípio de mobilidade e capacidade de manobra. A artilharia, ocupando posições nos flancos e a frente, tinha por missão dar apoio de fogo às posições defensivas e desmoralizar o inimigo. A engenharia era utilizada para construir fortificações e preparar posições de bateria. Todavia, as obrigações administrativas permaneceram afetas ao escalão exército.

FREDERICO, o Grande (Rei da Prússia), célebre como tático — por explorar o emprêgo combinado das armas — retinha em seu quartel-general as atribuições administrativas, e confiava à tropa sómente a função executiva.

É de FREDERICO, o Grande, a máxima — “quem divide suas fôrças será batido por partes”. Aqui surgem as mudanças de formação em combate e a “ordem oblíqua”. Nesta quadra a baioneta no fuzil substitui o pique e a artilharia toma notável incremento. A linha de ação de FREDERICO, o Grande, resumia-se em lançar uma preparação de artilharia com a finalidade de destruir fortificações e enfraquecer os pontos de resistência, findo o que tinham lugar cargas de cavalaria, seguidas de ondas de assalto de infantaria que aniquilavam os remanescentes das fôrças hostis. E, assim, com a ação de choque da arma ligeira evidenciada nos campos-de-batalha a cavalaria ressurgiu.

Nos meados do século XVIII, o francês MAURICE DE SAXE apresentou a primeira versão da moderna organização divisionária, empregando uma GU com funções tático-administrativas e integrada de cavalaria, infantaria, artilharia e elementos de serviços. A divisão era formada de duas brigadas de infantaria, uma de cavalaria e unidades de artilharia. Esse tipo de organização era tido como auto-suficiente, capaz de apoiar suas próprias ações e de concentrar-se rapidamente para o combate. Um conjunto de divisões mantinha uma “linha estratégica”.

As mudanças mais significantes na conceituação das organizações militares foram iniciadas por NAPOLEÃO, no final do século XVIII, quando deu às armas (infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia) uma estrutura divisionária com esfera de ação tático-administrativa. As divisões foram grupadas em corpos-de-exército e êstes em exércitos.

Com a Guerra da Secesão norte-americana são trazidos à tona novos princípios táticos, mas ao mesmo tempo são mostradas falhas na adoção da nova organização divisionária. Todavia, ao entrar na I Guerra Mundial, os Estados Unidos estruturaram suas forças segundo divisões, corpos-de-exército e exércitos. A divisão norte-americana, em 1914, era constituída de duas brigadas de infantaria, a dois regimentos cada uma. Com um total de quatro RI — dois em primeira linha e dois em reserva — a divisão era mais conhecida como a “quaternária”. Dispunha também de uma brigada de artilharia com dois regimentos de artilharia de campanha leve e um médio, cada um a dois grupos. Ademais, a divisão contava ainda com unidades especializadas e órgãos de apoio logístico. O efetivo de divisão “quaternária” era aproximadamente de 27.000 homens, o que a tornava pesada. Enquanto isso, algumas nações européias lançavam a divisão “ternária” na base de três regimentos de infantaria, a três batalhões cada um. Quatro grupos, três leves e um médio — constituíam a artilharia divisionária. A DI “ternária” se desdobrava com dois regimentos em primeira linha e o terceiro em reserva. Seu efetivo oscilava em torno de 16.000 homens, possuía maior potência de fogo e mobilidade, requeria menos espaço para manobrar e era controlada mais facilmente do que a “quaternária”.

No intervalo entre a I e a II Guerra Mundial, importantes progressos foram alcançados no material bélico em geral. Os arsenais fabricaram canhões de tiro rápido autopropulsados. Novos tipos e calibres de armas automáticas apareceram. Carros-de-combate pesados, artilhados com canhões de grande calibre e alta velocidade inicial, e blindados, oferecendo maior proteção e mobilidade ao combatente, surgiram como verdadeiras novidades na época. A mobilidade e a potência de fogo, características imprescindíveis em quaisquer operações táticas, atingiam assim o seu clímax na História. É nesta oportunidade que o poderio aéreo tático e estratégico se põe em evidência.

No comêço da guerra de 1939-45, a Alemanha coloca em cena uma nova tática — a “blitzkrieg” (emprêgo conjunto de pesadas unidades blindadas e bombardeiros de mergulho “stukas”). É, mais uma vez, a introdução de modernas armas e princípios táticos determinando uma atualização da ultrapassada organização de 1914-18, para fazer face aos aperfeiçoamentos que dão outra moldura ao quadro da guerra. Desta forma, ao iniciar-se a década de 40, o exército norte-americano adotou a estrutura “ternária” e procedeu à reorganização de suas divisões. A potência de fogo conferida às suas grandes unidades era bem maior do que a das suas congêneres européias. Com a estrondosa vitória obtida pelos aliados ao final da guerra, ficou patenteado que a organização

"ternária" era, na verdade, a mais indicada dentro das condições então existentes.

A explosão atômica de Hiroshima e Nagasaki e o posterior desenvolvimento dos implementos termonucleares vieram mostrar a necessidade de se encontrar uma outra organização, que atendesse às suas aplicações táticas e contrabalançasse suas ameaças e presumíveis efeitos. Antevendo o campo-de-batalha do futuro como palco para a apresentação de armas termonucleares, evidentemente grandes concentrações de material e pessoal seriam alvos primários de ataques atômicos. Portanto, impunha-se, como requisito essencial, que se mudasse a fisionomia do campo-de-batalha de amanhã, imprimindo-lhe grande amplitude, profundidade e porosidade. A convergência de reservas em um determinado ponto e o engarrafamento de veículos nos eixos de suprimento deveriam ser evitados. Contrariando o habitual, as operações deveriam ser conduzidas por pequenas unidades de infantaria e de blindados, muito bem armadas, apoiadas por artilharia potente que cumprisse missões semi-independentes, sem oferecer um alvo compensador ao inimigo. O poder combativo seria obtido pela combinação de potência de fogo e mobilidade aplicadas em proporções adequadas no momento e local exatos. Assim, nasceu o conceito da divisão "pentônica", que estava predestinada a uma vida efêmera.

Mas nenhuma estrutura pode ser considerada como a última palavra sobre o assunto. O obsoleto deve sempre dar lugar ao atual. À medida que os ponteiros do relógio avançam, marcando a evolução normal da cultura humana, a organização militar deve acompanhá-los no mesmo ritmo, sob pena de tornar-se arcaica da noite para o dia. Desta maneira, diversos fatores, entre os quais as hipóteses formuladas de aparecimento de novos teatros-de-operação com características próprias e variadas, até então tidos como inadmissíveis e secundários, deram outra indumentária à guerra, fazendo com que o conceito "pentônico" fosse postergado e germinasse a idéia de uma moderna divisão. As divisões tradicionais eram bitoladas por quadros de organização e distribuição rígidos. Embora, tôdas as DI fôssem semelhantes assim como tôdas as DB tivessem o mesmo arcabouço, as unidades de uma DI diferiam daquelas que constituíam uma DB. A cada tipo de divisão impunha-se um treinamento especial, acarretando um incômodo fardo à instrução e ocasionando, normalmente, uma preparação desequilibrada do pessoal — excesso em certa especialidade e falta em outra. A padronização da instrução era impossível. Apesar da divisão "ternária" ter participado da II Guerra Mundial com resultados satisfatórios, a sua estrutura era por demais rígida para atender ao crescente grau de flexibilidade que a guerra de hoje reclama. O princípio de Grandes Unidades estereotipadas não mais pode ser aceito na presente conjuntura mundial.

A impressão dominante entre muita gente, inclusive militares, é que o emprêgo de divisões se limita exclusivamente ao combate clássico na guerra convencional. Confuso, a guerra "fria" criou inúmeras situações

bem diversas que obrigam as divisões a estarem preparadas para conduzir os mais heterogêneos tipos de operações, sem perda de tempo. Como exemplo de ações desta natureza, pode-se citar o desembarque inesperado da 24^a DI norte-americana no Líbano, a pedido do governo libanês, para impedir que fôrças estrangeiras ocupassem aquela região do Oriente Médio. Aí está configurada uma nova modalidade de emprêgo — ação dissuasória — que não pode ser exercida sem que a tropa designada para tal esteja realmente credenciada material e psicológicamente. A moderna divisão sem descurar-se da missão precípua que lhe cabe de fazer a guerra tradicional, concomitantemente, precisa estar capacitada a adaptar-se às múltiplas condições e situações que venha a se defrontar na eventualidade. Tanto pode ser empregada isolada ou como parte de uma grande fôrça. A divisão hodierna deve estar pronta a, de um momento para o outro, efetuar demonstrações de fôrça, assegurar armistícios firmados, exercer ação de polícia internacional, encorajar governos vacilantes, ocupar legal e militarmente determinadas áreas, restaurar e manter a ordem pública, proteger bens públicos e populações civis, dar assistência aos esforços de defesa civil.

A moderna doutrina divisionária adotada pelas nações integrantes da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) é produto do exército dos Estados Unidos, tendo em vista a posição atual daquele país no mundo, os pactos e acôrdos internacionais assinados e a sombra de conflito que paira em suspenso ameaçando a segurança e a paz mundial. Para enfrentar qualquer emergência, em qualquer parte do globo, em qualquer tipo de terreno e clima, em quaisquer condições, ao menor sinal de alerta, é que os norte-americanos resolveram optar por tal organização. Destas exigências foi que floresceu a concepção de uma estrutura que não é inteiramente nova mas que teve ponto de partida em suas antecessoras mais próximas — especialmente, na divisão blindada do final da II Guerra Mundial.

Em linhas gerais a missão de uma divisão em combate é a destruição do inimigo, a conquista e o controle de setores críticos, populações e recursos essenciais. Agora, com vistas aos objetivos anteriormente fixados, deve-se acrescer a este conceito o de atuar em qualquer ocasião, dentro das mais variadas e adversas condições e situações. Para tal, na montagem estratégica das fôrças terrestres, devem ser levados em conta os necessários meios de transporte que assegurem, para as suas G U, mobilidade e proteção suficientes em qualquer campanha. A organização final de cada divisão será ditada pela missão específica que receber no momento do emprêgo.

A atual doutrina prevê diferentes tipos de divisões: *blindada* e *mecanizada* onde a mobilidade e a ação de massa se fizer mais efetiva, de *infantaria* para operações em terreno acidentado e selvas, e *aeroterrestre* completamente aerotransportada para ser lançada onde as demais não puderem atuar. Entretanto, o que caracteriza a divisão como sendo de *infantaria*, *blindada*, *mecanizada* ou *aeroterrestre* é o tipo de unidade

combatente que predomine em seus quadros. O que define a divisão mecanizada é ter a sua infantaria cem por cento mecanizada. A cada divisão é admissível se fundir tipos heterogêneos de unidades, contudo, para darem cumprimento a missões especiais. A única exceção a esta norma é feita à divisão aeroterrestre que se vê restrita sómente às unidades orgânicas, uma vez que a adição de outras ao seu efetivo, devido ao peso e volume do material, alterariam suas principais características.

A moderna divisão, criada para atender a imposições de ordem estratégica, qualquer que venha a ser a sua denominação, em síntese, estrutura-se sobre um tripé relativamente inalterável que compreende o comando e estado-maior, unidades de apoio logístico e administrativo e unidades de apoio de combate. Esta raiz é comum a todos os tipos de divisão. Em torno do "tripé" se aglutinam então os batalhões de infantaria ou de carros, ou, um misto dos dois, no número que se fizer necessário. Cada divisão é capaz de enquadrar e controlar um máximo de quinze batalhões de combate. O seu efetivo soma 15.000 homens. A grande novidade, que, na verdade, não chega a constituir uma inovação, pois que a DB na II Guerra Mundial já adotava algo semelhante, é a introdução de três comandos de brigadas.

As vantagens que esta moderna organização trouxe são inúmeras. Entretanto, o alto grau de padronização alcançado no elemento básico merece ser apontado como a maior vantagem que proporciona. O emprêgo de uma "base" comum a qualquer tipo de divisão, fazendo variar o número e proporção de batalhões de infantaria e de carros, veio permitir que a GU pudesse adaptar-se para atender aos múltiplos requisitos das operações. Além disso, a nova doutrina divisionária traz a vantagem de proporcionar mais economia de meios e assegurar uma única estrutura com ligeiras modificações para satisfazer as complexas condições e conduta do combate. Este sistema aumenta a flexibilidade, possibilidade de intercâmbio de meios e adaptabilidade das divisões. O treinamento do pessoal ficou em muito facilitado. A flexibilidade inerente desta doutrina deu às divisões uma capacidade de integrar novas armas e equipamento sem maiores modificações na sua estrutura e emprêgo. O aumento ou redução de efetivos, conforme a situação exija, proporcionou às divisões com missões específicas em determinados setores melhores condições de ajustamento.

Conclui-se pois que a divisão atual é de fato uma força auto-suficiente tática e administrativamente.

Do exposto, depreende-se que jamais se poderá afirmar que esta ou aquela organização é a melhor, a última palavra ou a solução definitiva para os exércitos. Não resta dúvida, que hoje se trabalha planejando a longo alcance e que as previsões são essenciais em qualquer atividade; contudo, o futuro é e será sempre uma incógnita. Sómente de uma coisa se pode estar certo, qualquer que seja a evolução que se imprima à arte da guerra — o homem continuará a ser o elemento fundamental.

GUERRILHA

Cap THAUMATURGO SOTERO VAZ, Instrutor na
Seção de Contra-Insurreição da US ARMY SCHOOL
OF THE AMERICAS — FORT GULICK —
CANAL ZONE.

Ao iniciar estas poucas palavras sobre o que hoje em dia é temido por uns, desejado por outros e que em verdade representa em seu moderno conceito, um tremendo perigo para as nações em desenvolvimento no mundo livre, tenho o pensamento voltado para o nosso Brasil. Pretendo, com estas poucas linhas, analisar e comparar com alguns países da América Latina, os pontos vulneráveis que apresentamos ao desenvolvimento de guerrilhas e dizer em minha opinião, com muita alegria, da possibilidade remota que se nos é apresentada.

Como todos sabemos, a guerrilha não é uma atividade nova na existência dos povos. Sempre existiu como o meio de combate dos fracos, dos oprimidos, etc., contra os fortes, poderosos e opressores de um povo. Se analisarmos profundamente na mais remota antiguidade podemos citar-lhes como exemplos de guerrilhas as ações de Pelopidas na guerra do Peloponeso (431-404-AC), ações de Gengis Khan, Alexandre, o Grande, etc. Mesmo com seus diferentes aspectos de atuação apareceu na América com ações de índios contra os colonizadores portuguêses e espanhóis. Nós mesmos tivemos no Brasil ações típicas de guerrilha contra os holandeses, Lampião, as ações de Antonio Vicente Mendes Maciel — o Conselheiro, e tantos outros que, se fôramos enumerar, nos perderíamos do nosso objetivo.

É bem verdade que todos estes movimentos ocorreram por causas extremamente fortes. É claro que um movimento de guerrilhas não ocorre da noite para o dia; não ocorre sem que hajam causas que realmente impulsionem e levem as pessoas a, em franca rebeldia, tomarem as armas para defenderem "seus próprios" direitos e anseios para libertar-se de um jugo dominador ou para ter melhores condições de vida. Estas causas podem surgir sob quatro aspectos diferentes. Poderão ter origem nos campos, na política, na sociedade, na economia ou na religião. Como causas políticas daremos como exemplos motivos ideológicos, políticos desonestos, presença de governos tirânicos, extremismos e outras. Econômicas: desemprego crônico, pouca atividade industrial, salários baixos, trabalho mal remunerado, etc. Sociais: baixo nível cultural, marcada diferença de classes sociais.

Preconceitos e discriminação racial. Religiosas: fechamento de igrejas, destruição de conceitos religiosos, proibição de professar determinados cultos religiosos.

Todos os países que até agora apresentaram movimentos de guerrilheiros estavam com quase todas condições necessárias a estas ações. Assim vemos que o último ingrediente necessário aparecido em quase todos foram líderes com programas de reforma, alguns deles com verdadeiros anseios populares patrióticos, a maioria, entretanto, com isto apenas na fachada e no seu interior tipicamente comunistas. Se não vejamos.

Na Colômbia, foi assassinado no dia 9 de abril de 1948, uma personalidade de grande influência e muito estimado pelo povo.

Este senhor era Gaetan, líder, chefe político, caudilho e em quem o povo tinha grandes esperanças. Este fato ocorreu com o emprêgo de técnica comunista perfeita porque:

- 1) Gaetan foi assassinado a 01,30 da tarde e a 01,40 da mesma tarde, em cidades longínquas (como Cali, Barranquilla, etc.) foram distribuídos panfletos em que se dizia ao povo que Gaetan estava morto e que a revolução havia começado;
- 2) Procurou-se uma pessoa que tivesse especial penetração e que fôsse querido pelas massas;
- 3) A polícia havia sido minada por meio de infiltrações e por tal razão ao produzirem-se os fatos foi culpada da morte deste líder político.

Seguiu-se após isto um período de violência e de mortes, sendo que em todo o país depois de dominada a revolução por parte das forças armadas, havia 4.000 mortos. Mas não parou aí porque até hoje, no ano de 1963, os guerrilheiros atuam. Na província de Sennapaz, em Tolima e outros departamentos da Colômbia. Sofreram transformações graduais, passando do estado de guerrilheiros para o de bandidos e ainda atuam, para a desgraça do povo colombiano. Para termos uma idéia exata dos atos criminosos destes bandidos, um deles sómente, conhecido pela alcunha de CHIPAS, hoje em dia já morto pelas tropas do Exército, matou cerca de 600 pessoas.

Na Venezuela, as ações terroristas da FALN (Fôrças Armadas de Libertação Nacional) vêm trazendo um prejuízo tremendo à economia do país. Empregam terrorismo sistemático contra órgãos do governo, militares e americanos residentes no país, sem respeitar função, sexo ou idade. Atuam especificamente sobre a principal fonte de economia do país, destruindo e sabotando oleodutos e tudo que diz respeito a petróleo.

Que se procura atingir com isto?

- 1) Minar a economia do país.

2) Demonstrar que o governo não é suficientemente forte para destruir o foco da subversão e derrubá-lo.

3) Robustecer ao partido comunista, militar e politicamente, ou seja criar-lhe uma auréola de poder e de que ele luta verdadeiramente pela causa justa do povo e que militarmente é forte, pela capacidade de enfrentar a força convencional, como efetivamente o faz.

Conscientemente temos nós, no Brasil, atualmente, ambiente para que se desenvolvam tais atividades?

— A maioria responderia que não, mas alguns contestariam afirmativamente.

Vejamos em minha idéia alguns argumentos para responder aos que pensam ser possível atuação de guerrilheiros no Brasil, analisando algumas das condições favoráveis ao desenvolvimento dêstes movimentos.

1) Apoio da população civil.

Sabemos que sem apoio da população civil, não há guerrilha. Como disse Mao Tse Tung, esta é uma condição de vida ou morte para os guerrilheiros. É a fonte das guerrilhas.

Eles o usam com diversas finalidades, como sejam por exemplo, em serviço de obtenção de informações, em contra-informações, como apoio em suprimentos de tôdas as classes, roupas, sapatos, munição, armas, voluntariado, saúde e tôdas as outras necessidades.

Se rebuscarmos o passado verificaremos que em Malaia, ouve o caso de até 500.000 famílias apoiarem cerca de 3.000 guerrilheiros operando nas selvas. Em sua organização grupam a população civil em três distintas funções:

1) Elementos ocultos — encarregados de obtenção de informações, terrorismo, sabotagem, etc. São estas atividades desenvolvidas mais de perto por elementos que vivem nas cidades, subúrbios, grandes centros populosos, etc., em virtude de esta ser a tendência de tais pessoas.

2) Guerrilha auxiliar — encarregados de abastecer aos guerrilheiros de tôdas as suas necessidades e também de organizar rôdes de transporte, etc., até as áreas operacionais de guerrilha. Ex: No Laos, transportavam granadas dentro de frutas; revólveres e pistolas dentro de pães tipo sanduíche; explosivos, rádios, etc., em cestos com camuflagem de frutas, fôlhas de palmeiras, legumes e verduras por cima. Estas atividades são geralmente desempenhadas por elementos que vivem em zonas rurais, subúrbios e arredores de pequenas vilas.

3) Guerrilheiros — êstes são os componentes da força irregular que se emprega em combate aberto com as forças convencionais. Quando dizemos combate aberto é claro que queremos dizer no combate típico de guerrilheiros, em que os princípios táticos básicos são

mobilidade, flexibilidade e surpresa, adaptando-os em táticas de atacar e fugir, emboscar e desaparecer, reunindo-se ao último instante para realizar uma operação e dispersando-se em seguida, estando em poucos minutos longe da área de operação, em poucas horas longe da região da ação, vivendo encoberto pela profissão normal na vida civil sempre evitando atuar em lugares onde há força. É claro que esta tática é flexível bastante para evoluir de acordo com o crescimento do movimento, podendo transformar-se em forças do tipo convencional e combater como tal, como aconteceu na China e Cuba.

No Brasil, nas áreas mais prováveis onde pudesse ocorrer, o povo não aceitaria tal tipo de ação. No meu entender, creio que pelas seguintes razões:

1) Religião.

O trabalho realizado pela igreja em tais áreas é realmente digno dos maiores elogios. Haja vista as cooperativas que vêm sendo organizadas por diversos sacerdotes em diversas regiões do país. O povo humilde e ingênuo vê com melhores olhos os padres e ouvem mais atentamente o que estes dizem do que um estranho que chegue com novas idéias. Também pela natural desconfiança de que são possuidores os habitantes dessas remotas regiões. Mesmo os políticos com grandes divergências e inimigos pessoais ferrenhos, lutando por interesses próprios, têm a sua religião, que não renegam a segundo plano.

A igreja condena este tipo de luta, principalmente agora, inteiramente vestida com cores comunistas.

A escassez de alimentos nessas regiões é tão grande e são tão pobres de alimentos silvestres, que seria quase impossível a sobrevivência em meio tão adverso. Em outras regiões, com melhores condições para ações de guerrilheiros não haveria razão para tal, em face de não oferecerem condições estratégicas.

2) Ação das forças armadas.

As forças armadas vêm desenvolvendo intensa atividade em todas essas regiões, principalmente o Exército e a Força Aérea. Onde há uma unidade do Exército ou da Força Aérea, há recursos a serem empregados, há equilíbrio nas finanças da localidade. Se há uma emergência como uma enchente, um incêndio, falta d'água ou energia, transporte, etc., aí estão as forças armadas auxiliando a população civil. Isto cria um sentimento de respeito e admiração, sendo em consequência a ordem mantida e a cooperação com as forças armadas de grande significação, contra a ação dos guerrilheiros.

O Exército por meio de suas unidades de engenharia, através de seus batalhões rodoviários e ferroviários, vem realizando uma obra gigantesca para o engrandecimento de nosso Brasil. Constrói escolas, estradas, açudes, represas, estradas de ferro, residências, proporciona

assistência dentária, médica, recreativa e tantas outras atividades, que é impossível enumerá-las, aumentando em consequência o amor e respeito que indubitavelmente o povo dedica ao glorioso Exército Nacional. Por outro lado tem sido as forças armadas o sustentáculo da democracia brasileira, mantendo a integridade de nossas instituições políticas. É por assim dizer difícil, em consequência de tudo que foi exposto a cooperação espontânea ou coagida da população a tais movimentos.

3) Consciência democrática.

Apesar do grande número de analfabetos e gente com pequena instrução existente no Brasil, o que nos torna altamente vulneráveis à propaganda comunista (a que fala de dar pão, comida, pedaço de terra, participação direta nos lucros da empresa em igualdade com os patrões, etc.) o brasileiro já atingiu um grau de maturidade política que o faz preferir resolver seus problemas por meios pacíficos e democráticos em vez de soluções violentas e clandestinas tão a gôsto dos comunistas. Isto não acontece na maioria dos países latino-americanos, onde o povo não sabe ainda realmente o que seja democracia. Mesmo em países já em adiantado progresso há restrições como seja o de não estender o direito do voto a militares.

Estes fatores causam ressentimento e despertam o desejo de lutar por direitos iguais para todos. Da mesma forma, há marcadas diferenças entre as classes sociais em alguns países, gozando os militares de indesejáveis regalias, o que cria no povo o desejo de terminar com êsses privilégios.

Sou levado a concluir que por tódas estas razões seria pouco provável o concurso do povo brasileiro a êstes movimentos, a não ser que de um momento para outro se visse coagido ou frustrado em uma forte aspiração e que fôssem atingidos por isto os centros nevrálgicos da nação.

4) Ajuda estrangeira.

O aspecto a salientar no caso seria o do contrabando. Por ser uma atividade altamente lucrativa para os mesmos, especialmente no que diz respeito a armas. Este contrabando poderia chegar a uma área afetada por diferentes métodos de entrada no país e por diferentes partes. Poderíamos salientar o contrabando efetuado do exterior do país, realizado em portos, aeroportos, estradas de ferro, estradas de rodagem, etc. e o no interior do país, exterior à área afetada. Também poderíamos ter uma combinação dos dois tipos, em virtude da extensão territorial de nossas fronteiras e limites interestaduais. O trabalho de fiscalização, no caso, deveria ser exaustivo, da mesma forma as medidas outras de repressão. Os contrabandistas poderiam ainda mais, sem modificar sua estrutura, aproveitar as atuais rôdes existentes no país. Este é um dos pontos mais importantes nas operações de isolamento das áreas onde operam guerrilheiros.

5) Terreno favorável.

A forma que tem um movimento de resistência é afetado pela geografia. Uma das principais razões pelas quais os guerrilheiros buscam terreno de difícil acesso é pela necessidade de segurança. Disse Clausewitz. "Há que escolher entre a solução mais cuidadosa e a mais audaciosa". Normalmente as guerrilhas dependem de audácia para obter êxito, mas em uma área-SEGURANÇA — empregam grandes medidas de precaução. Estarão sempre escondidos em lugares que lhes sejam fáceis de defender e que lhes proporcionam oportunidades de atacar o inimigo sem que este saiba onde se encontram e que tenham poucas possibilidades de defesa. Ocupam pequenas áreas ou casarios onde tratam de estabelecer-se com governos títeres, mesmo que temporariamente. A fim de lograr o controle destas áreas livres, escolhem terrenos os mais difíceis, o que chamam de terrenos favoráveis, onde há poucas vias de comunicação. Terreno montanhoso, terreno quebrado favorável à guerra de guerrilhas e se declara que estas áreas pertencem ao partido e serão distribuídas entre seus adeptos. Baseados nestes pontos tivemos, no desenrolar da guerra de guerrilhas em Cuba, que Fidel Castro e Che Guevara criaram a lei de reforma agrária de Sierra Maestra, a qual lhes proporcionou o voluntariado de que tanto necessitavam para chegar a seu intento.

No Brasil, é fato, que as áreas estratégicas para a ação de guerrilhas e onde poderiam afetar por suas ações a economia do país, estão situadas em regiões densamente ou satisfatoriamente povoadas, não apresentando condições de vida tão indesejáveis que transformem os homens em rebeldes. Em outras regiões, onde realmente há os ingredientes necessários, isto é, causas, líderes e programas de reforma, não há por outro lado, terreno favorável, e, quando isto acontece, não há condições de sobrevivência. Sou levado a concluir que da mesma forma que em outros países como Venezuela, Peru, Equador, Colômbia, Guatemala, Nicarágua, escolheriam para atuarem na forma de terroristas, inicialmente, e para o futuro, depois de estarem suficientemente organizados e desenvolvidos e obterem o apoio necessário, atuarem em forma de guerrilhas. Levando-se em conta que o partido comunista está organizado na forma de organizações terroristas, não teriam dificuldade em desenvolver suas ações aproveitando as já existentes.

As outras condições favoráveis necessárias como sejam, liderança, unidade de esforço, vontade de resistir, propaganda, disciplina e obtenção de informações, são todas decorrentes do desenvolvimento da organização. O partido comunista explora e cria todas estas condições.

Até agora estivemos falando sobre este assunto de guerrilhas e muito propositalmente citamos os comunistas várias vezes sem dizer o porque estavam aqui aparecendo. A razão de tudo e o conceito moderno adotado pelos comunistas após o término da Segunda Grande Guerra, foi o do aproveitamento total das técnicas usadas na guerra de guerrilhas para a doutrinação dos povos que anseiam por sua li-

berdade. na cartilha comunista. Exploram êles os sentimentos pátrios e verdadeiramente nacionalistas dos povos, apoiando-os em todos os aspectos, fazendo promessas, procurando por todos os meios mostrarem-se os mais leais e desinteressados possível, mas no entanto, estão encobrindo os seus verdadeiros e reais interesses, que é o de impor ditaduras comunistas. Antigamente o guerrilheiro era um homem que combatia pelas ânsias de liberdade de um povo. Hoje em dia, quase sempre o faz, por um motivo que não é o verdadeiro. Como exemplo, aí temos Cuba, em que grande parte do povo cubano se sente frustrado em razão da causa pela qual lutou e da que hoje existe realmente.

Sinceramente acreditamos que seria muito difícil que acontecesse um movimento de guerrilheiros no Brasil e se caso isso ocorrer, levaremos algumas dezenas de anos para eliminá-lo.

No meu pequeno conhecimento sobre o assunto e aproveitando o vasto campo que me é proporcionado na Escola em que estou, por conhecimento de elementos de diferentes países, suas idéias, seu estado de desenvolvimento, técnico, comercial e industrial, seus recursos, etc. comparando os fatos que causaram os seus movimentos de guerrilheiros, vejo que o Brasil não tem os ingredientes realmente necessários, precisando um estudo mais detalhado por parte dos agentes da subversão para que tenham êxito em seus intentos. Até que consigam realizar tudo o que planejam, muitos anos se terão passado, e também no decorrer desses anos o Brasil terá progredido muito mais, em todos os aspectos, sendo em consequência, tudo mais difícil. A inflação já terá diminuído em vista da estabilidade política, do desenvolvimento e sedimentação da indústria e comércio e do melhoramento das condições de vida existentes, que fatalmente serão proporcionadas pelas facilidades produzidas pelo progresso.



INTERESSA A TODOS OS MILITARES,
PARTICULARMENTE AOS OFICIAIS
DE ESTADO-MAIOR

“INFORMAÇÕES
MILITARES”

Gen Idalio Sardenberg

A VENDA NA REDAÇÃO
DESTA REVISTA.

PREÇO : Cr\$ 150,00

HISTÓRIA MILITAR E A ARTE DE DIRIGIR

Major JOSÉ MURILLO BEUREM RAMALHO

I — INTRODUÇÃO

- 1.1 — Na percepção e no estudo da História Militar, encontramos, hoje, um dos marcantes fundamentos para a avaliação e tradução dos pensadores civis e militares na problemática da chefia.

Com efeito, as universidades norte-americanas, de médio e alto nível, ao darem ênfase ao estudo da História Militar na compreensão, interpretação e percepção dos problemas de chefia e de liderança, sentiram não sólamente a agudeza e profundidade do tema bem quanto reavaliaram a importância de seu entrosamento com os aspectos históricos das pessoas e das comunidades em si.

Não menos atrás sobressaiu-se a Escola alemã que, rica em ensinamentos e experiências, e fornecedora de proveitosos resultados específicos, nesse setor, se propusera, desde a 1^a Guerra Mundial, a pesquisar e estruturar o sentido de ligação do campo histórico com os desejos de uma massa ávida do melhor sentir e manipular as áreas de ensino correlacionadas com a chefia e a liderança.

Os fundamentos psicológicos e interrelacionados com os aspectos da arte de dirigir assumiram um quadro importante dentro dos teóricos e estudiosos franceses. É que a própria Escola francesa detinha as rédeas do pensamento escolar a respeito, debatendo-se num campo técnico que abriu perspectivas salutares ao esboçamento prático das atividades psico-sociológicas.

- 1.2 — Indubitavelmente, o valor que o desenvolvimento da ciência e da técnica vem impondo, em todas as atividades criadoras, tem propiciado não só melhor estudo do elo História-Chefia-Liderança bem quanto à sua mais eficaz interpretação. Nesse prisma é sintomático o que disse a respeito, o Cel J. B. Magalhães:

"Os progressos feitos pela ciência moderna, no que respeita aos estudos do homem, do ponto de vista físico e moral, notadamente a psicologia e ciências correlatas, per-

mitem ao comando dispor de uma soma de informações consideráveis, que lhe facilitam a tarefa.

Sem êsses conhecimentos não seria talvez possível bem comandar as massas da guerra moderna".

1.3 — Face à exigiadade desta coluna, procuramos abarcar apenas alguns conceitos correlacionados com o assunto. No livro "Chefia Militar", que o autor destas linhas elabora, procuramos alongar tão palpante quanto absorvente matéria. Esta vem constituindo tema nas várias opiniões que se agitam e se fortificam para o engrandecimento cultural-profissional de nosso Exército e de nossas Fôrças Armadas de um modo geral.

2 — DESENVOLVIMENTO

2.1 — Desfazendo alusões de que a História Militar limita-se à descrição de fatos, o Marechal-de-Campo ARCHIBALD P. WAWELL, conspícuo e popular soldado-filósofo do Exército britânico, em seu livro intitulado "Soldiers and soldiering" tem oportunidade de mencionar que a mesma constitui "um assunto de natureza humana".

Básicamente, êsse conceito tende a induzir-nos que algo mais do que o simples relatar de fatos e acontecimentos encerra o quadro histórico.

O próprio processo histórico nos conduz a um jôgo de interesses ao mesmo tempo que nos capacita a sentir a grandiosidade dos feitos e a ação psicológica dos integrantes do quadro histórico.

A arte de chefiar e seu entrosamento com as concepções dos chefes nas batalhas é vivamente retratada pelo General FRANZ HALDER, ex-chefe do Estado-Maior alemão, quando, em sua conhecida sabedoria, entre outros, brilhantemente declarou:

"Para o Estado-Maior, a História servia apenas como base para a missão mais importante de destilar dali o conhecimento da natureza da guerra, no campo da política de Estado, psicologia e técnicas de comando e para a exploração da única fonte da qual podiam ser aprendidas lições duradouras na arte da estratégica".

Escrevendo que o fim da História não é relatar fatos, e, sim, dêles fazer a lição para o futuro, o hoje General JUANÁRIO JOÃO DEL RÉ, do nosso Exército, pôs em termos diretos e felizes a capacidade criadora da História no próprio estágio sociológico, fornecendo alto subsídio para estudo de Relações Humanas nos chefes militares.

Já o famoso General HANS KISSEL, do Exército alemão, analisando o pânico em combate, assunto crucial na lista das necessidades dos chefes e líderes militares, socorre-se da História Militar para citar que o exemplo pessoal dos oficiais e comandantes, aliado à ação energética, detém o fenômeno da desintegração da moral na tropa.

Como exemplificação, citamos o fato histórico da Batalha de Ádua, ocorrida a 1 de março de 1896: O flanco esquerdo avançado do Exército italiano foi colhido por um ataque de surpresa pelos abissínios. Esse flanco, tomado de panico, lançou-se para a retaguarda, em fuga. Não houve comando, suplica, ameaça e nem a segurança do centro italiano foi suficiente para deter a tropa em recuo desordenado. Uma tropa, bem treinada e equipada era destruída por uma força de etiopes que, numericamente superior, apenas estava armada de lança.

Esse caso concreto, aliado a inúmeros outros, conduz-nos à tese de que não bastam os equipamentos e toda a trama de material bens a compor a equipe. Algo mais necessita ser introduzido, interpretado e salientado em seus fundamentos para extração de melhores resultados.

A recomposição de forças, a implantação da disciplina e sua movimentação, a obtenção de rendimento proporcional da equipe, a satisfação mutua dos seus integrantes e o estado residual positivo de um clima entre chefes e subordinados constituem elos intrínsecos na boa manipulação da arte de chefia. Buscando no processo histórico as origens e consequências dos fatos que se entrelaçam, a articulação do entendimento entre os de cima e os de baixo e o aproveitamento do pessoal na dinâmica do trabalho, estaremos procurando pesar e sentir, melhor, os erros que se acumulam e os êxitos que se despontam.

A necessária meditação nas páginas heróicas da História Militar aponta-nos a capital importância da chefia e da liderança em busca de solução para os problemas de ordem pessoal quanto de ordem geral.

A fuga para os livros e publicações militares do antanho que retratam as epopeias e campanhas desenroladas pelos grandes capitães; a profundezas nos estudos das guerras passadas, a reflexão no desfiar das biografias dos grandes homens, civis e militares, do pretérito, que se notabilizaram frente às massas; as causas e consequências dos conflitos humanos aflorados e desenvolvidos através de jornadas épicas; tudo isso demonstra, reforça, a tese de que, em sua grande maioria de vezes, o fracasso na obtenção do resultado

positivo e final às questões propostas e existentes no ciclo da vida, reside na inexistência de determinadas características fundamentais de chefia e de liderança.

Pamard, na "Revue Militaire Générale, em 1923, escreveu: "Não pode, com efeito, haver verdadeiro ensinamento sem que provenha do método histórico; é o único que fornece uma idéia justa da guerra, porque é o único que leva em conta o seu aspecto filosófico, isto é, os fatores morais que escapam à análise e que entretanto, são mais importantes que qualquer outro na Guerra".

Fonte inesgotável do saber, a História tem se constituído em reator de cultura no decorrer dos séculos para colocar-se à disposição daqueles que, ontem nascidos, são os chefes de hoje a entrar na imortalidade do amanhã.

É sabido que o General PATTON, de certa feita, escreveu que ANÍBAL, CESAR, HERACLITO, CARLOS MAGNO, RICARDO, GUSTAVO, TURENE, FREDERICO, NAPOLEÃO, GRANT, LEE, HINDENBURG, ALLENBY, FOCH e PERSHING estavam profundamente imbuídos do conhecimento da guerra em suas várias épocas. Mas muitos de seus oponentes denotados também o estavam: porque... o sucesso na guerra não depende inteiramente do conhecimento. Oculta-se invisível naquela centelha vitalizante, intangível, embora tão evidente quanto o relâmpago — a alma do guerreiro.

Buscando nas folhas da História os fundamentos para retratar a associação do homem com sua capacidade realizativa, temos produzido ótimos chefes e líderes experimentados, de que nossa própria História Militar do Brasil tem a mostrar às gerações que se sucedem.

3 — CONCLUSÃO

3.1 — Procuramos, em traços bem sintéticos, estabelecer a ligação entre o panorama histórico e a técnica da chefia e a arte lideralógica.

- Revestido o indivíduo de determinadas qualidades, inatas e adquiridas, ser-lhe-á plausível esboçar um paralelo com as características para arrebatamento de um processo rentável para uso na condução das massas.

A arte e a técnica de conduzir continuam propiciando grandes dificuldades em que pese as inúmeras correntes

bibliográficas e os exemplos calcados à base da experiência comum e específica.

A Escola alemã, com seus processos básicos no estudo e na conjugação dos fatôres histórico-psico-sociológicos, tem servido de estímulo a correntes filosóficas e dinâmicas. As constantes mutações e resoluções no pensamento liberal francês, no sentido de vitalizar o espírito psico-social, encontrou, salientemente, um aliado na Escola germânica.

A vivificação contínua nas elites culturais norte-americanas em prol de uma pesquisa progressiva, com a meta na planificação objetiva para auscultar as diferenças individuais e coletivas, cronometrando-as num eixo produtivo de trabalho, viria dar novo impulso à dinâmica do indivíduo. Este, como personalidade atuante e como instrumento polarizador na conjuntura interpretativa dos fatos correntes.

3.2 — Ao oficial de uma Fôrça Armada, moderna, atuante, seja ela terrestre, marítima ou aérea, caberá conhecer, cada vez mais crescentemente, os vértices dos problemas de pessoal, aprendendo a sentir e a interpretar as ações e reações que se entrelaçam nas aspirações dos que o rodeiam.

A realidade inconteste de que em nossos meios profissionais militares (Exército, Marinha e Fôrça Aérea) vem sendo ministrado novo e progressivo impulso ao estudo das técnicas de ação psicológica e ao exame dos pulsos históricos, no campo interpretativo, constitui sintonia particularmente importante.

A realidade de que em nossas universidades, e empresas de projeção na indústria e no comércio, vêm sendo radarizadas medidas de vulto para abrir e ampliar a área de conhecimentos sobre a manipulação de impulsos psicológicos, devemos adicionar nossa admiração e respeito. Aliando a pesquisa histórica à sua compreensão e à sua interpretação, e não ao simples desenrolar de dados regressivos e progressivos, nossas universidades têm composto o terreno em suas mestras.

O aperfeiçoamento de nosso potencial humano militar tenderá ao progressivo aumento de produtividade. Desde que se lhe dê, porém, meios técnicos de racionalização do trabalho, processos científicos no campo da chefia e da liderologia, conjugados a uma hábil compreensão e interpretação dos processos históricos envolventes. A resultante será uma composição de fôrças orientadas à base de uma melhor chefia e a uma mais racional liderança. Seus frutos canalizarão para o progresso contínuo de nossas fôrças terrestres, navais e aéreas.

DA AULA INAUGURAL DO GENERAL HUMBERTO CASTELLO BRANCO NA EsAO

"O mundo atual vive a época mais aguda da luta ideológica dêste século. Quer se queira, quer se não queira, duas ideologias estão em destaque e em conflito inarredável, a democrática e a comunista.

.....

Nós, das Fôrças Armadas, estamos vinculados ao compromisso de defender as instituições democráticas. É lógico que esta defesa se firma na base da ideologia democrática, impregnada, pois, da convicção da dignidade do homem, da liberdade de opinião e de religião, do bem-estar para todos, de que o melhor regime é o da representação do povo por meio de delegados administrativos e representantes legislativos e, finalmente, de que o capitalismo individualista não promove a primazia da pessoa humana.

O oficial do Exército de hoje não pode mais se alhear a essa luta ou contornar a adoção de uma ideologia, e esta tem que orientar o seu comportamento: a opção do dever militar na democracia ou o afastamento do serviço para a adoção de uma outra conduta.

Não devemos ficar possuídos de uma espécie de complexo anticomunista, da obsessão de que o vermelho já encardiu o Brasil. Mas não é digno deixar de assinalar a propagação comunista, de avaliar os seus perigos para as instituições, de se capacitar que os comunistas querem a quebra da coesão das Fôrças Armadas e a subversão da organização militar do país."

O FANTASMA DA VIRGÍNIA SETENTRIONAL

(Um episódio de Guerrilha na Guerra de Secesão)

Ten-Cel NEWTON C. DE ANDRADE MELLO,
Oficial de EM.

I — NOTA INTRODUTÓRIA

A guerrilha, sabe-se, é antiga como a própria guerra. A Bíblia relata episódios que se ajustam ao atual conceito de "guerra irregular". O mesmo se pode dizer de outros fatos históricos ocorridos no Império Romano (a luta de Fábio Máximo contra Aníbal e de tribos germânicas contra os romanos), as ações dos vikings nas costas da Europa, a resistência escocesa contra os normandos.

Mais recentemente, poderíamos citar as operações de guerrilhas efetuadas contra as tropas de Napoleão na Rússia e na Espanha, para não rememorar episódios da II Grande Guerra, em todos os teatros.

No caso brasileiro, as campanhas de Canudos e do Contestado estão cheias de ensinamentos sobre a matéria, como estão a Guerra Holandesa e a revolução Federalista.

Com o presente artigo, queremos chamar a atenção para a importância da guerrilha na Guerra de Secesão. Nesse gênero de operações destacaram-se alguns vultos, como John Henry Morgan, Bedford Forrest, William Clark Quantrill e John Singleton Mosby.

O episódio que se vai ler focaliza uma ação dirigida por aquêle último, tal como relatada na imprensa dos Estados Unidos há cem anos atrás. Verificar-se-á que a palavra "guerrilheiro" foi usada pelo próprio Gen. George Meade, comandante do Exército do Potomac, como indicadora do combatente irregular. Na época, a palavra "ranger" já tinha livre curso na América do Norte, eis que em 1756 Robert Rogers organizara seus famosos "rangers" para a luta contra os franceses no Canadá e, mais tarde, contra os índios. Sem embargo, na imprensa lángui do tempo da Guerra de Secesão, a palavra "guerrilha" aparecia freqüentemente, denotando compreensão exata do conceito originário da Espanha na segunda década do século XIX, durante a luta contra as fôrças invasoras de Napoleão — guerrilha, diminutivo de guerra, para expressar a forma especial de combate usada pelo fraco contra o forte.

II — ANTECEDENTES

Procuram-no aqui,

Procuram-no além,

Os iânquias procuram-no num vaivém...

John Singleton Mosby, da Confederação, reencarnava o Pimpinela Escarlate de velhos e conturbados tempos. No que tangia a Mosby e seus guerrilheiros, os iânquias estavam ao ponto do desespéro, devido a suas atividades. Durante a batalha de Gettysburg e a partir dela, o pequeno e não menos valoroso "raider" devotou sua atenção aos trens de viaturas dos Federais. Atuando no interior do território, quase sempre no norte da Virgínia e muitas vezes a curta distância de Washington, Mosby e seu bando creditavam êxito sobre êxito, empregando sempre a mesma tática: atacar de inopino e diluir-se nas montanhas e bosques. O exército da União tinha resolvido proibir aos trens o trânsito nas estradas, a menos que estivessem acompanhados por forte escolta militar. Piquetes de infantaria eram estacionados próximos uns dos outros, ao alcance da voz, ao longo das estradas e ferrovias que irradiavam de Washington. O resultado dessas medidas refletia-se nas colunas dos jornais.

III — OS FATOS

Outro raide executado por Mosby nos trens dos vivandeiros. Capturou 37 carroças. Nossa cavalaria ataca-o e recupera diversas carroças e vivandeiros, capturando alguns de seus homens e dispersando o bando.

Na manhã de quarta-feira, o bando do guerrilheiro Mosby capturou, na estrada entre o Tribunal de Fairfax e Annandale, 17 vivandeiros e seus trens, conduzindo-os para uma ravina a cerca de meia milha da estrada. A seguir, liberou os vivandeiros, que retornaram à cidade da melhor maneira possível. Alguns deles atingiram a capital na noite de quarta-feira. O apresamento das carroças realizou-se em vários pontos da estrada, por grupos de 2 a 3 guerrilheiros no máximo.

Ontem cedo, capturaram, de uma só vez, 14 carroças, e mais 6 ou 7 no restante da manhã, as quais, de par com os vivandeiros, foram levadas para a mencionada ravina. Estavam na faina da partilha quando alguns de nossos cavalarianos (Companhia F, do 1º Regimento do Maine), partindo sobre êles, reouveram todo o material roubado, com exceção de 6 a 8 cavalos e dos vivandeiros, fazendo 2 prisioneiros (um dos quais primeiro-tenente de Mosby) e dispersando o grupo. Vários dos vivandeiros foram roubados em dinheiro, havendo um deles perdido mais de 1.700 dólares.

Dizem os vivandeiros que na ravina ainda estão algumas carroças, malas, caixas etc, nas quais se encontram roupas, e que o lugar parece vir servindo de ponto de reunião dos guerrilheiros.

Os homens de Mosby numeraram mais de 60, e estavam esplêndidamente montados. Seu uniforme consistia em bombachas cinzas com friso amarelo ao longo da costura, jaqueta escura e chapéu de fôltero cinza, com parte da aba virada para cima e prêsa com uma roseta, e a^o outra parte ostentando uma pena preta. Estão bem armados com sabres, revólveres e carabinas, e sua aparência geral é excelente. Acredita-se que Mosby em pessoa tenha estado à frente de seu pessoal.

A maior parte do apresamento foi feita num ponto entre 6 milhas aquém e 2 milhas além de Fairfax. Durante aquela ação, nossa cavalaria não estava a mais de uma milha de distância.

(Do "EVENING STAR" de sexta-feira, 7 de agosto de 1863)

IV — COMENTARIOS

Visto que as sortidas de Mosby não poderiam ser realizadas sem a ajuda dos simpatizantes sulistas que predominavam no norte da Virgínia, o alto comando Federal voltou para ali a sua atenção.

V — AÇÃO DO ALTO-COMANDO

Medidas enérgicas a serem tomadas para eliminar as pilhagens dos guerrilheiros.

QG do Exército do Potomac, 10 de agosto — O Gen Div Meade baixou a seguinte proclamação:

"As numerosas pilhagens cometidas por civis, ou militares rebeldes à paisana acoitados por civis, ao longo da ferrovia Orange-Alexandria e no interior de nossas linhas, exigem pronto e exemplar castigo.

"Por conseguinte, e na forma das diretivas do Governo, todo cidadão que, à luz de evidências, se tenha engajado em tais práticas, será prêso e punido, ou retirado do interior das linhas.

"As populações residentes num raio de 10 milhas da ferrovia ficam notificadas de que serão responsabilizadas nas suas pessoas ou propriedades pelos danos feitos aos trens, armazéns ou organizações militares por civis, guerrilheiros ou pessoas disfarçadas; e, no caso de tais danos, serão utilizadas como trabalhadores para reparar tôdas as depredações."

(a) George G. Meade, Gen-Div Cmt

Havendo continuado a pilhagem, foi prêso certo número de civis suspeitos ou sabidamente envolvidos nas transações.

(Do "EVENING STAR" de segunda-feira, 10 de agosto de 1863)

VI — COMENTÁRIOS

As pilhagens, por certo, continuaram — e continuariam até o fim da guerra. De tempos em tempos, parecia aos Federais haver conseguido paralisar a ação de Mosby; mas ele sempre surgia com nova incursão. Certa vez, correram boatos sobre sua morte, decorrente de ferimentos em combate. Que foi ferido, não resta dúvida, mas o resultado foi apenas a atenuação de suas atividades por curto tempo. Acreditam alguns que as ações de Mosby, mantendo milhares de homens da Federação na retaguarda, prolongou a guerra por cerca de um ano.

VII — OBSERVAÇÕES

1º — Os itens nominados “Antecedentes” e “Comentários” são da autoria do jornalista John W. Stepp, incumbido da seção histórica do “Evening Star”, de Washington, e entremeiam o noticiário por ele colhido dos arquivos do jornal. Os itens “Os Fatos” e “Ação do Alto-Comando” são a reprodução do publicado há um século atrás.

2º — Traduzimos por “vivandeiro” a palavra “sutler” empregada no noticiário em aprêço. Segundo os dicionários, vivandeiros eram os civis que acompanhavam os exércitos com o fim de venderem provisões e bebidas às tropas.

3º — John S. Mosby era advogado, e, consciente do valor da guerrilha nas operações militares, organizou um grupo de guerrilheiros, que foi incorporado regularmente ao Exército Confederado. Dêle, disse o Gen Lee: “Desejaria ter mais uns cem como ele.” E o Gen Grant: “Muito poucos homens houve, no sul, que pudessem ter comandado com bom êxito um destacamento isolado na retaguarda do inimigo e tão perto da frente de contato, como fez Mosby, sem perder o comando efetivo da tropa.”

4º — O livro “Irregular, Partisans, Guerrilhas”, de Irwin R. Blacker, contém 32 episódios de guerra irregular, desde as investidas do pirata Morgan no Panamá (sec. XVII) até às lutas da Haganah em Israel. Entre êles, aparece um episódio dos “Sertões”, de Euclides da Cunha, sob o título “Jagunço Rebellion”.

5º — Acredita o Sr. Virgil Carrington Jones, autor do livro “Gray and Rebel Raiders” e biógrafo de Mosby, que a guerrilha prolongou de 8 a 9 meses o desfecho da guerra na frente oriental. Ao ver dêle, a tática dos guerrilheiros sulistas foi altamente eficiente, que confundiu o alto-comando Federal, dificultou aos invasores a obtenção de informações preciosas sobre o valor e dispositivo dos sulistas interrompeu linhas de suprimentos e de comunicações, e, obrigando os Federais a destacar grandes contingentes para proteger as áreas de retaguarda, contribuiu decisivamente para atenuar a pesada vantagem que os Federais possuíam.

IDÉIAS EM REVISTA

REVUE MILITAIRE D'INFORMATION N. 351 — JUL/AGÔ-63

Exércitos Estrangeiros — O artigo trata da organização das Forças Armadas da República Democrática da Alemanha, do Exército Húngaro e Polonês. A parte final do trabalho é dedicada ao problema da adaptação do oficial soviético à Guerra moderna, considerando a necessidade de uma revisão acelerada do ensino militar, malgrado a reação de alguns espíritos conservadores. Cita o General Pavlovski ao enumerar os conhecimentos que um oficial deve adquirir na Escola Militar: uma preparação teórica aprofundada; um excelente conhecimento do armamento e do material; aptidão para aplicar os regulamentos e manter uma firme disciplina.

REVUE DE DÉFENSE NATIONALE — MAR-63

A União Soviética e o Continente Africano — Gen Jean Marchand, Exército Francês — Os soviéticos, segundo o artigo, crêem que o socialismo "Negro" não está bem enraizado nas massas populares, é ôco, ineficaz e inadequado para eliminar os obstáculos que entravam o seu progresso. Afirma que os protagonistas do marxismo-leninismo julgam que o continente negro não pode ter ideologia própria — o "africanismo" e o "pan-africanismo" carecem de valor; por conseguinte a única solução é seguir o caminho firme traçado pela URSS. Menos de cinco anos atrás os soviéticos se propuseram a "libertar" o continente africano, seu objetivo era ocupar o lugar das potências ocidentais. Entretanto, as dificuldades começaram a se acumular aos pés dos próprios vermelhos. Atualmente os soviéticos detiveram a sua marcha, mas não abandonaram o objetivo.

ARMY INFORMATION DIGEST — NOVEMBRO-63

A Engenharia do Exército Norte-Americano na Era Moderna — A Engenharia mantém, na Era Moderna, a sua missão fundamental. Entretanto, a escala e a maior complexidade do problema, aliados à rapidez de execução constituem hoje novos desafios. O trabalho em foco apresenta ainda um pequeno retrospecto de suas atividades, concluindo:

"Apesar da complexidade técnica que envolve sua missão, a Engenharia está pronta a combater como Infantaria, seja para atender a sua

própria segurança, seja para atuar ombro a ombro com a Infantaria na linha de frente, como tantas vezes já o fêz em nossa história".

Os engenheiros orientam e tudo fazem para assegurar que a profecia de Isaias se realize onde quer que o Exército Americano necessite operar: "E ali existirá uma vereda, um caminho ...".

LES CAHIERS DE L'ARTILLERIE — 2º TRIMESTRE-1963

A Evolução da Artilharia de Campanha Norte-Americana — Ten-Cel Coutanceou, Exército Francês — Aprecia o artigo a evolução da artilharia norte-americana a partir da organização "ROAD" em 1961.

Até 1961, a doutrina oficial não atribuía aos fogos atômicos um papel decisivo na manobra. Nessa época o Regulamento de Emprêgo da Artilharia não tratava da guerra nuclear, isoladamente; apresentava considerações concernentes aos fogos clássicos e atômicos. Com a crescente modernização de numerosos meios de lançamento e o aumento das disponibilidades de munições, a importância relativa do fogo na guerra atômica vem aumentando. O novo regulamento de emprêgo da Artilharia de Campanha distribuído no ano passado considera então, separadamente, o combate clássico e o nuclear. As idéias relativas à guerra nuclear estão condensadas abaixo pela Escola de Artilharia: "A guerra nuclear comportará duas fases — A primeira consistirá na oportunidade inicial, intensa, impedindo qualquer movimento de tropas, as artilharias lutarão pela conquista da superioridade atômica". — Uma vez conquistada a superioridade, tem lugar a segunda fase que poderia consistir em operações muito fluídas em que a manobra e o fogo teriam uma importância sensivelmente igual".

REVISTA MILITAR (BOLÍVIA) — N. 262, SETEMBRO DE 1963

1) *Plano de ação cívica para pequenas unidades — Cap Humberto Cayoja R —* A nova mentalidade militar da Bolívia é fruto de um processo de adaptação das Fôrças Armadas à nova concepção social dos povos que necessitam o concurso de tôdas as fôrças vivas da Nação na luta constante para vencer o subdesenvolvimento.

A Chefia das Fôrças Armadas elaborou e está executando um Plano Qüinqüenal com o propósito de cooperar com seu esforço para o abastecimento nacional e criar condições para sua industrialização.

O Plano realizado pelos escalões superiores está sendo complementado pelas Pequenas Unidades, sediadas em diferentes localidades do país, de modo a aproveitar sua capacidade de trabalho em benefício da comunidade.

O artigo está acompanhado de um programa para o desenvolvimento da ação cívica pelas Pequenas Unidades.

2) *Disciplina Militar* — Major Hugo Cespedes E — A disciplina como fundamento da existência dos exércitos. O autor, analisando a disciplina militar, afirma que não é necessário empregar processos científicos para constatar a realidade da disciplina. Basta observar que onde houver ordem e progresso, estará latente a disciplina. Será o fundamento, o pedestal sobre o qual se erguem as conquistas mais louvadas e os futuros triunfos almejados.

3) *Dinâmica Revolucionária Comunista* — Cel Osiris Guillermo Villegas (Do livro "Guerra Revolucionária", do autor) — Aborda, inicialmente, os antecedentes que culminaram com a compartimentação do mundo em dois blocos ideológicos. Acentua que o *neutralismo* é a política exterior que admite uma posição internacional desvinculada dos grandes blocos que, na atualidade, dividem o planeta. Podem chamar-se, como no caso de alguns países latino-americanos, *independentes*, ou, como na reunião dos chefes de Estado em Belgrado, *não comprometidos* e de uma maneira geral, *neutralistas*.

Sobre a coexistência pacífica, afirma que significa :

- o fortalecimento contínuo do Bloco Oriental;
- o acúmulo de dificuldades para o mundo não comunista;
- excelentes condições político-internacionais para os povos coloniais, a fim de iniciar a luta pela libertação; etc.

Finaliza o trabalho com anexos sobre os Três Mundos e as Alianças.

JORNAL DO EXÉRCITO (PORTUGAL) — ANO IV — N. 43
— JULHO DE 1963

Sempre Cavalaria — Ten-Cel CEM (Cav) José João Henriques Avelar — O articulista analisa o papel desempenhado pela Cavalaria, desde os primórdios da Humanidade. Sobre a cavalaria a cavalo cita o Major Inf Hélio Esteves Felgas que em artigo publicado na edição de Dez 59, da mesma revista, preconizava a instalação de um Esquadrão de Dragões no Tôto, como "complemento eficaz da organização militar ... numa área onde o gado se dá bem". E lança a seguinte pergunta: "E não estão, na longínqua fronteira de Portugal, em Timor, esquadrões montados em fiéis "KUDAS" (Cavalos aborígenes) — cuja constituição é facilitada pela índole cavaleira das populações indígenas — desempenhando assinalado papel?".

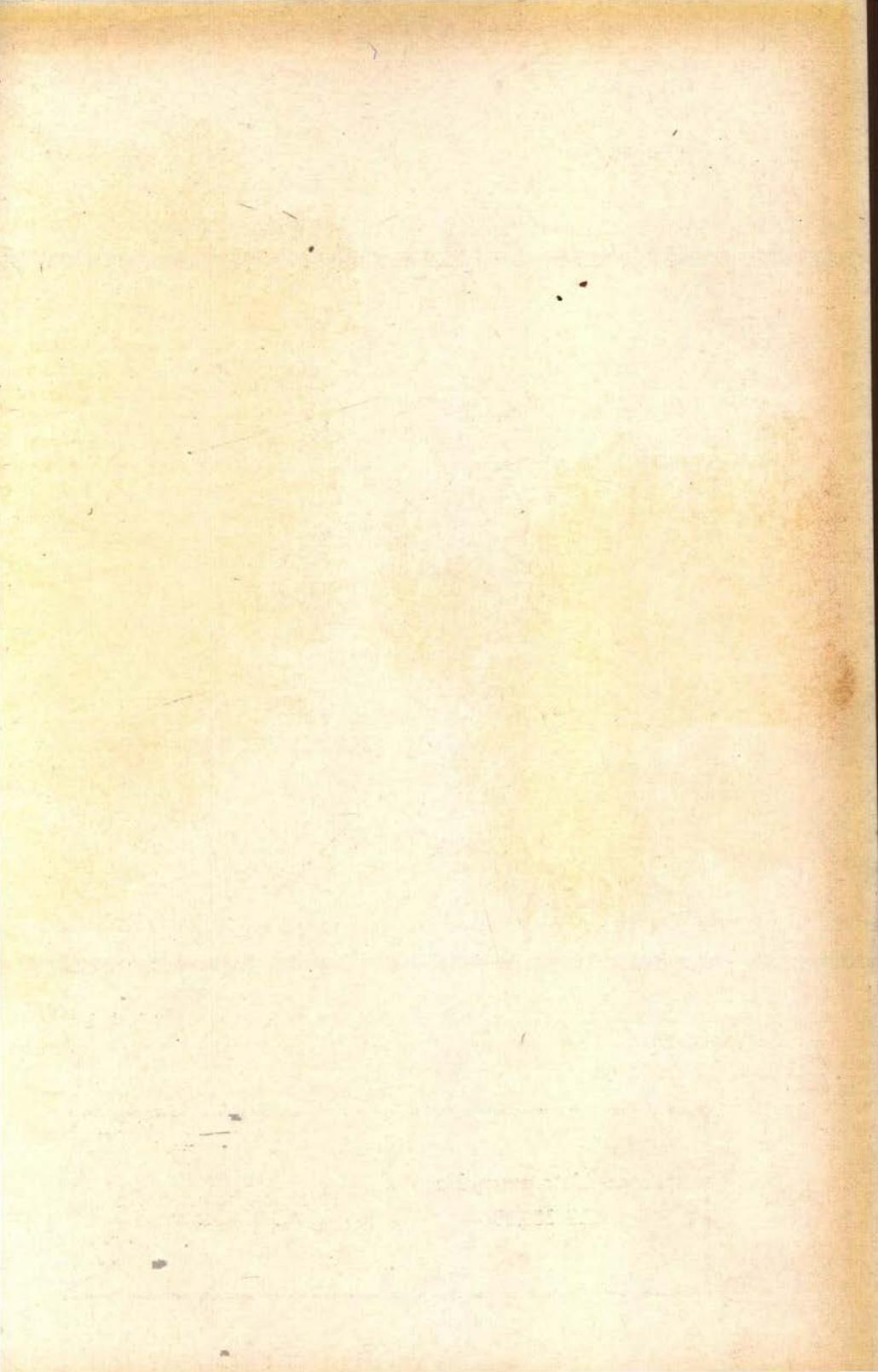
E concluindo: "Ela continua, agora, a prová-lo, aonde é chamada a atuar, com os meios de que tem disposto. Mas com êstes, ou com outros,

ontem, como hoje, onde haja que empregar tropas rápidas em manobras em que imperem o movimento e a decisão, essas tropas serão SEMPRE CAVALARIA".

REVISTA DE LA ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA — ARGENTINA
— N. 349 — ABR/JUN 63

Número especialmente dedicado ao relato da *Guerra da Indochina*, compreendendo uma série de notas de aula elaboradas pelo Professor Cel (R) D. Leopoldo R. Ornstein. Apresenta aspectos extraídos da literatura existente sobre o assunto, cobrindo todo o período de 1945 a 1954. Os antecedentes, estudados inicialmente no trabalho, retratam com profundidade as origens do conflito.







Preço dêste exemplar
Cr\$ 150,00

S M G
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1964

Defesa Nacional



este número:

Estudo geográfico da Bacia do Amazonas

Ten-Cel Asdrubal Esteves

Tiradentes

Carlos Maul

Invasão da Guiana Francesa

Cel Carlos de Castro Tôrres